



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CAMPUS FLORIANÓPOLIS

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO ÁREA DE CIÊNCIAS DA  
NATUREZA E MATEMÁTICA

Fernanda Clarice de Freitas Trinoski

**VISIBILIDADE DOS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS DAS MULHERES  
DO CAMPO**

Florianópolis, 2025

Fernanda Clarice de Freitas Trinoski

## **Visibilidade dos Conhecimentos Tradicionais das Mulheres do Campo**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Licenciatura em Educação do Campo do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Licenciada em Licenciatura em Educação do Campo - Ciências da Natureza e Matemática.

Orientadora: Carolina Orquiza Cherfem, Dr.(a)

Florianópolis, 2025



Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.  
Dados inseridos pelo próprio autor.

De Freitas Trinoski, Fernanda Clarice  
Visibilidade dos Conhecimentos Tradicionais das  
Mulheres do Campo / Fernanda Clarice De Freitas Trinoski  
; orientadora, Carolina Orquiza Cherfem , 2025.  
69 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -  
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências  
da Educação, Graduação em Educação do Campo, Florianópolis,  
2025.

Inclui referências.

1. Educação do Campo. 2. Mulheres do Campo. 3.  
Conhecimento Tradicionais . 4. Plantas Medicinais. 5.  
Feminismo Camponês Popular . I. Orquiza Cherfem , Carolina  
. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em  
Educação do Campo. III. Título.

Fernanda Clarice de Freitas Trinoski

## **Visibilidade dos Conhecimentos Tradicionais das Mulheres do Campo**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Licenciatura e aprovado em sua forma final pelo Curso Licenciatura em Educação do Campo - Ciências da Natureza e Matemática.

Florianópolis, 08 de dezembro de 2025.

---

Coordenação do Curso: Roberto Antônio Finatto

### **Orientadora**

---

Profa. Dra. Carolina Orquiza Cherfem.  
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

### **Banca examinadora**

---

Profa. Dra. Patrícia Guerrero  
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

---

Profa. Ms. Fabiana Reinerdt  
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

---

Profa. Dra. Marília Carla de Mello Gaia  
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Dedico este trabalho a todas as mulheres do campo, guardiãs de saberes, sementes crioulas e resistência, cuja força inspira cada página desta pesquisa.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por me conceder força, sabedoria e persistência para chegar até aqui.

Minha gratidão à professora Melizza Prado, pela indicação e pelo incentivo para que eu ingressasse no curso de Licenciatura em Educação do Campo. Agradeço também ao Educampo, por ter sido o espaço que me formou não apenas como professora, mas como uma pessoa melhor.

Através de suas práticas e na escuta sensível, no respeito e na partilha de saberes, mostraram-me que ensinar é também um ato de amor. Imensamente grata por acreditar na minha evolução. Sou imensamente grata a todos os professores, em especial às professoras Carolina Orquiza Cherfem e Natacha Eugenia Janata, que contribuíram de forma significativa para minha formação. Por meio de suas orientações e ensinamentos, ampliaram minha compreensão sobre a docência, o trabalho acadêmico e a relação entre educador e estudante. Através de suas práticas e na partilha de saberes, mostraram-me que ensinar é também um ato de amor e dedicação. Sou imensamente grata por acreditarem no meu potencial e na minha evolução.

Sinto-me feliz por ter vivido essa caminhada. Aqui, pude compartilhar e construir experiências com colegas, professores e comunidades escolares. Carrego comigo inúmeros aprendizados e, sem dúvida, encerro esta etapa como uma pessoa diferente. Acredito que todos nós podemos despertar para a realidade e compreender que temos o poder da mudança.

Agradeço profundamente à minha filha Luiza e ao meu marido, por estarem sempre ao meu lado, compreendendo minhas ausências e me apoiando em cada momento. E um agradecimento especial à minha avó/ mãe Clarice, a quem também dedico este trabalho, por todo cuidado e presença constante — especialmente nas idas a Florianópolis e nos momentos em que cuidou da Luiza com tanto amor.

A todos que fizeram parte dessa caminhada, o meu mais sincero muito obrigada.

*Existimos Porque Lutamos!* - MMC -  
Movimento de Mulheres Camponesas.

## RESUMO

Este trabalho parte da valorização do conhecimento tradicional das mulheres do campo acerca das plantas medicinais e sementes crioulas, na região do Planalto Norte – SC. Visa contribuir para a visibilidade desse saber ancestral e para o fortalecimento da posição feminina no campo. A pesquisa foi realizada através de uma abordagem qualitativa, utilizando entrevistas semiestruturadas para coletar informações. Foram realizadas entrevistas com duas mulheres, uma envolvida no Movimento de Mulheres Agricultoras do MST e a outra entrevistada reconhecida por ser guardiã de sementes crioulas. Espera-se que os dados evidenciem a importância das mulheres do campo como detentoras de um vasto conhecimento, esse saber, que é passado de geração em geração, é essencial para a promoção da saúde nas comunidades rurais e representa um importante patrimônio cultural.

**Palavras-chave:** mulheres do campo, conhecimentos tradicionais, plantas medicinais, feminismo camponês popular.

## ABSTRACT

This work stems from the appreciation of the traditional knowledge of rural women regarding medicinal plants and heirloom seeds in the Planalto Norte region of Santa Catarina, Brazil. It aims to contribute to the visibility of this ancestral knowledge and to strengthen the position of women in rural areas. The research was conducted using a qualitative approach, employing semi-structured interviews to collect information. Interviews were conducted with two women: one involved in the Landless Workers' Movement (MST) and the other recognized as a guardian of heirloom seeds. It is expected that the data will highlight the importance of rural women as holders of vast knowledge, knowledge passed down through generations, essential for promoting health in rural communities and representing an important cultural heritage.

**Keywords:** rural women, traditional knowledge, medicinal plants, popular peasant feminism.

## LISTA DE IMAGENS

<b>Imagem 1:</b> Tempo comunidade realizado no ano 2022 na escola Wardenski.....	19
<b>Imagem 2:</b> Encontro Regional do Movimento das Mulheres Camponesas, em Florianópolis, no Horto da UFSC.....	29
<b>Imagem 3:</b> Quintal dona Clarice, em Canoinhas/SC.....	32

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2. JUSTIFICATIVA</b> .....	17
<b>3. OBJETIVOS</b> .....	21
3.1 OBJETIVO GERAL .....	21
3.2 OBJETIVO ESPECÍFICOS .....	22
<b>4. METODOLOGIA</b> .....	22
<b>5. REFERENCIAL TEÓRICO: FEMINISMO CAMPONÊS E POPULAR</b> .....	24
<b>6. A VIDA DAS MULHERES NO CAMPO: QUEM SÃO AS ENTREVISTADAS E SUAS HISTÓRIAS DE VIDA</b> .....	29
6.1 TRABALHO DAS MULHERES .....	37
6.2. MULHERES E AGROECOLOGIA .....	43
6.3 AS PLANTAS MEDICINAIS E OS SABERES ANCESTRAIS .....	51
6.4 ESCOLA, ENSINO DE CIÊNCIAS E AS MULHERES CAMPONESAS .....	55
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	57
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	61
<b>APÊNDICES</b> .....	65
APÊNDICE I- Roteiro de Entrevista .....	65
APÊNDICE II- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE .....	67

## 1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho, reconhecemos o valor inestimável dos conhecimentos tradicionais das mulheres do campo, adquiridos por meio de suas experiências e vivências. Esses conhecimentos abrangem a identificação, coleta e preparo de diversas plantas para consumo e para a saúde. Este conhecimento tradicional sobre as plantas medicinais esteve durante muito tempo à margem do sistema de produção capitalista, tal como o conhecimento das mulheres, considerado inferior pela lógica patriarcal dominante. Como diz Collet:

[...] mostramos como as mulheres no MMC vão se posicionando frente ao modelo capitalista patriarcal da agricultura. Elas criam, reafirmam, retomam práticas de resistência, como a recuperação de sementes crioulas, ervas e plantas medicinais, frutíferas, ornamentais, criação de pequenos animais, dando concretude àquilo que defendem - o projeto popular de agricultura camponesa na perspectiva agroecológica. Encontramos na prática produtiva das mulheres camponesas em seus quintais produtivos um campo de aprendizado, de conhecimento, de saberes, de sustentabilidade. É uma economia da vida e de relações igualitárias que nos fazem compreender que somos parte do universo, além de contribuir com a autonomia e emancipação. É uma economia que cresce fundamentada e orientada sob os princípios da sustentabilidade e do bem viver. É uma economia feminista camponesa (Collet, 2021, p. 02).

O que podemos compreender com a citação de Collet (2017, p. 268); é que as mulheres do Movimento das Mulheres Camponesas <sup>1</sup>(MMC) desempenharam um papel importante na construção de um modelo de agricultura alternativa, que se contrapõe ao sistema capitalista patriarcal. Segundo Collet: “[...] em se tratando do projeto de agricultura camponesa agroecológico, o MMC se enraíza em muitas experiências de organização de mulheres do campo e do entorno da cidade. A agricultura feita na periferia e nos bairros vem crescendo pelas mãos de mulheres, muitas delas empurradas pelo êxodo rural.

Segundo Collet (2012):

[...] elas, entre estudo e troca de experiência, trabalho e luta, forjaram práticas educativas que ganham forma na recuperação, produção e melhoramento de

---

<sup>1</sup> O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) é uma organização social feminista e camponesa que luta pelos direitos das mulheres e pela implantação de um Projeto Popular para a Agricultura no Brasil. Ele busca organizar as mulheres rurais para enfrentar a violência patriarcal e capitalista, defender a soberania alimentar, a biodiversidade e a produção de alimentos saudáveis, e garantir direitos sociais, como saúde e previdência. Suas lutas são construídas com base em organização, formação e ação, buscando uma sociedade mais justa e com igualdade de direitos (Collet, 2012).

sementes crioulas; na recuperação e preservação das plantas e ervas medicinais, frutíferas e nativas; na produção diversificada; na proteção e reaproveitamento da água; na reeducação alimentar (Collet, 2012, p.9)

Pode-se dizer que as mulheres camponesas, em especial aquelas organizadas no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), representam uma base para a construção de um sistema alimentar mais justo e sustentável. Através de suas práticas e conhecimentos ancestrais, elas desempenham um papel crucial na agroecologia<sup>2</sup>, atuando como verdadeiras guardiãs de sementes crioulas. Reafirma sua missão de “lutar pela libertação das mulheres camponesas de todas as formas de opressão, violência e exploração; pela construção do projeto de agricultura camponesa agroecológica e pela transformação da sociedade” (Collet, 2017, p.268).

Ao longo da história, as mulheres do campo têm sido responsáveis por garantir a alimentação de suas famílias e comunidades, transmitindo de geração em geração um vasto conhecimento sobre o cultivo de alimentos saudáveis, a cura de doenças e a relação respeitosa com a natureza. Esse saber tradicional, muitas vezes invisibilizado, é a base da agroecologia, um sistema de produção de alimentos que respeita o meio ambiente e valoriza a diversidade biológica e cultural. Nesse sentido, as práticas das mulheres no campo ultrapassam a esfera doméstica: elas são guardiãs de sementes crioulas, cuidadoras da biodiversidade e agentes de transformação social. Como ressalta o autor León a seguir:

As hortas mantidas pelas mulheres são, muitas vezes, verdadeiros laboratórios experimentais informais, no interior dos quais elas transferem, favorecem e cuidam das espécies nativas experimentando-as para obter produtos específicos e, se possível, variados, que elas estão capacitadas para produzir. (León, 2003, p. 221).

Nos quintais produtivos, as mulheres criam espaços de produção de alimentos saudáveis e nutritivos, utilizando técnicas agroecológicas como a rotação de culturas, o controle biológico de pragas e a compostagem. Esses espaços são verdadeiros laboratórios de experimentação e inovação, onde as mulheres desenvolvem soluções

---

<sup>2</sup> Segundo Guhur e Silva (2021, p. 59), “a agroecologia tem sido reafirmada por um conjunto de sujeitos sociais, organizações, instituições de pesquisa e ensino como uma ciência, um enfoque ou disciplina científica, como prática (social) e como movimento ou luta política. Pode apresentar uma abordagem restrita, como um campo de cultivo agrícola; considerar um agroecossistema mais complexo, como uma unidade de produção”.

sustentáveis para os desafios da agricultura. Um dos aspectos mais importantes do trabalho das mulheres camponesas é a conservação de sementes crioulas. Essas sementes, adaptadas às condições locais e carregadas de história, são a base da agricultura familiar e representam uma fonte inestimável de biodiversidade. Ao guardar e trocar sementes, as mulheres contribuem para a segurança alimentar e a soberania alimentar, garantindo a autonomia das comunidades e a preservação de variedades locais.

A partir de um olhar mais atento percebemos que o trabalho das mulheres camponesas ainda é subvalorizado e invisibilizado. Muitas vezes, elas enfrentam dificuldades para acessar a terra, o crédito e os recursos necessários para desenvolver suas atividades. Além disso, seus conhecimentos tradicionais são frequentemente desconsiderados em favor de tecnologias industrializadas e modelos de produção que priorizam o lucro em um sistema capitalista. Concordamos com Conte (2014) quando diz que as mulheres “[...] ao longo da história, foram consideradas como não trabalhadoras, e sim trabalhadoras pela metade ou ainda ajudantes, no âmbito camponês, embora dediquem maior tempo à atividade” (CONTE, 2014, p.107).

Podemos afirmar que o feminismo surgiu no fim do século XVIII, com as revoluções liberais. O ponto de partida desse movimento foi a contestação da exclusão das mulheres pelos seus direitos. No século XIX, centrada na demanda de direitos e seguindo uma agenda de reivindicações, o feminismo colocou o direito ao voto e ao trabalho como prioridades. Segundo Pañuelos, em *Rebeldia* (2007 apud CONTE; MARTINS; DARON, 2009), durante o auge da luta contra os regimes ditatoriais na América Latina, as demandas das mulheres eram vistas como divisoras da luta de classes e, por isso, muitas vezes não encontravam espaço nas organizações populares e de esquerda, sendo consideradas questões que se resolveriam automaticamente com a transformação da sociedade capitalista. Nesse contexto, as mulheres, ao perceberem a ausência de igualdade de participação política nos instrumentos de luta existentes, compreenderam que a conquista de seus direitos deveria ser protagonizada por elas próprias, em articulação com a luta de classes contra o sistema capitalista, patriarcal e racista. Dessa forma, a partir da década de 1980, surgiram em todo o país movimentos autônomos de mulheres

camponesas, organizados em grupos, associações e círculos bíblicos de mulheres camponesas.

Segundo Simone Beauvoir (1980, p. 81) “É revendo à luz da filosofia existencial os dados da pré-história e da etnografia que poderemos compreender como a hierarquia dos sexos se estabeleceu”. A filósofa propõe uma análise histórica das condições às quais as mulheres foram submetidas, com o objetivo de identificar o momento histórico em que ocorreu a grande diferenciação entre os sexos. A invisibilidade histórica das mulheres na sociedade patriarcal é uma realidade que moldou e continua a moldar as relações de gênero. Esse sistema ideológico e prático, ao subjugar e inferiorizar as mulheres, nega-lhes o papel de sujeitos sociais ativos, pensantes e atuantes nos campos do trabalho, estudo e demais esferas da vida pública.

Segunda a autora Simone de Beauvoir (2019), citada anteriormente podemos compreender que os deveres do sexo feminino eram, ser mãe sendo responsável pela educação de seus filhos, cuidar atividades domésticas e submissa ao marido. Neste sentido temos o trecho a seguir:

Enquanto o homem caça e pesca, a mulher permanece no lar. Mas as tarefas domésticas comportam um trabalho produtivo: fabricação dos vasilhames, tecelagem, jardinagem, e com isso ela desempenha um papel importante na vida econômica. Com a descoberta do cobre, do estanho, do bronze, do ferro, com o aparecimento da charrua, a agricultura estende seus domínios. (Beauvoir, 2019b, p. 84)

O sexo feminino não era só mantido dentro dos seus lares como proteção da criação, mas também era privado de receber educação, apenas recebia ensinamentos do cuidado do lar, sendo assim a domesticação das mulheres. Partindo disso compreendemos que a mulher, possuindo os deveres maternos de cuidado e sustento dos filhos, torna-se debilitada para lutar por uma igualdade de direitos. E que as lutas dessas mulheres foram barradas ao longo dos anos, por conseguir seus direitos que lhe permitissem serem livres. Segundo Souza (2019, p. 37), “as mulheres trabalhavam igual aos homens na produção agrícola e nos próprios sindicatos, mas não ocupavam espaços de lideranças e não tinham espaços para as suas reivindicações, por isso tiveram que criar movimentos próprios para terem as suas pautas como prioridades”.

Nesse contexto, cada direito conquistado pelas mulheres representa o fruto de lutas árduas e resistência. Mulheres que se recusaram a silenciar, a aceitar a submissão e que reivindicam seu lugar como agentes políticos na construção da história. Essa luta contínua por reconhecimento e igualdade destaca a importância de questionar e desconstruir as estruturas patriarcais que perpetuam a invisibilidade e a desigualdade de gênero.

A luta das mulheres por equidade, especialmente aquelas engajadas em movimentos sociais, tem sido fundamental para impulsionar mudanças significativas na vida de todas as mulheres. As conquistas sociais alcançadas por meio da reivindicação e da luta de algumas reverberam em melhorias para todas, em particular para aquelas que enfrentam maior marginalização social, como as mulheres camponesas.

As mulheres camponesas, em particular, têm desempenhado um papel crucial nessa luta, reivindicando o reconhecimento de seus direitos e a valorização de seu trabalho, que muitas vezes é invisibilizado e desvalorizado. Esse é, portanto, o contexto no qual este trabalho se insere, e que será aprofundado na Justificativa a seguir. O trabalho está organizado da seguinte forma:

Neste primeiro capítulo, da Introdução, foi apresentado o tema geral do trabalho, relatando sobre a valorização dos saberes tradicionais, o papel das mulheres do campo como guardiãs das sementes crioulas, a agroecologia e a atuação das mulheres camponesas na preservação dos saberes populares e das resistências no campo. Em seguida, no segundo capítulo consta, a Justificativa com os motivos que fundamentam a escolha do objeto de estudo, bem como sua importância social, científica e educativa.

O terceiro capítulo apresenta o Objetivo Geral e os Objetivos Específicos, que orientam o percurso investigativo desenvolvido ao longo do trabalho.

O quarto capítulo apresenta a metodologia, descrevendo como o trabalho foi conduzido desde os primeiros contatos até a sistematização das informações coletadas. Detalham-se os procedimentos metodológicos, o uso das entrevistas semiestruturadas e o roteiro aplicado, disponível nos Apêndices. Também é

apresentada a análise das narrativas de Iraci de Lara e Dona Clarice, ressaltando suas trajetórias, desafios e contribuições para a preservação das sementes crioulas e dos saberes tradicionais.

O quinto capítulo reúne o Referencial Teórico, com enfoque no Feminismo Camponês e Popular, a partir de experiências e reflexões vivenciadas, mas também a vida e organização, formação e lutas. Também é apresentado os conceitos que sustentam a compreensão da agroecologia, dos saberes tradicionais e da organização das mulheres no campo, a partir do Feminismo Camponês Popular.

O sexto capítulo apresenta a Análise dos Dados, discutindo a vida das mulheres do campo e os conhecimentos das entrevistadas sobre plantas medicinais e evidenciando como suas falas articulam a luta pela terra com a construção de práticas baseadas no cuidado, na Agroecologia e na Saúde Popular. Na análise dos dados serão aprofundados: 1) a discussão sobre a invisibilidade do trabalho das mulheres camponesas, destacando como suas atividades são frequentemente reduzidas à condição de “ajuda”. A análise revela que a dupla jornada — que combina trabalho produtivo e trabalho reprodutivo — é um dos pontos centrais da desigualdade de gênero no campo; 2) a relação entre as mulheres do campo e a agroecologia, evidenciando como seus saberes, práticas e formas de organização contribuem para a construção de modos de vida sustentáveis; 3) as narrativas sobre o conhecimento das mulheres a respeito das plantas medicinais, destacando como esses saberes são transmitidos entre gerações e preservados como parte essencial da cultura camponesa.

Por fim, será apresentado a considerações finais, no qual será retomado os principais resultados, os limites da pesquisa e possíveis caminhos para investigações futuras. Os Apêndices e as Referências complementam o trabalho, garantindo rigor metodológico e embasamento teórico à investigação.

## **2. JUSTIFICATIVA**

As mulheres camponesas vêm assumindo um papel cada vez mais ativo na preservação dos saberes tradicionais, na conservação da biodiversidade e na luta por uma agricultura mais sustentável e justa. Em muitas comunidades do campo, o trabalho feminino, está estendendo-se à transmissão de conhecimentos, ao cuidado com o território e à manutenção da cultura local.

Este trabalho tem como tema o protagonismo das mulheres na produção de saberes tradicionais, tomando como referência as experiências de mulheres camponesas. Busca-se compreender de que forma essas mulheres desafiam as históricas divisões de gênero na agricultura familiar, tornando-se agentes de transformação e guardadoras de saberes e sementes crioulas. Mais do que trabalhadoras do campo, elas se afirmam como produtoras de conhecimento, construindo práticas que unem o cuidado com a terra e com a vida. A partir dessa perspectiva, o estudo propõe-se a discutir como os saberes tradicionais femininos — relacionados ao cultivo, às plantas medicinais, à produção de alimentos são fundamentais para a preservação ambiental e para o fortalecimento da identidade camponesa. Tais saberes, muitas vezes transmitidos de geração em geração, revelam um modo de vida pautado no respeito à natureza.

Pretende-se refletir sobre os desafios enfrentados pelas mulheres do campo, como a falta de reconhecimento, as desigualdades de gênero e o acesso limitado a políticas públicas voltadas à agricultura familiar e à agroecologia. Mesmo diante dessas adversidades, as mulheres seguem resistindo e reinventando seus modos de viver e produzir, fortalecendo movimentos coletivos como o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e outras formas de organização comunitária. Dessa forma, este trabalho insere-se no campo da Educação do Campo e da Agroecologia, compreendendo o conhecimento como resultado de uma relação dialógica entre saberes científicos e populares. Ao dar visibilidade às experiências das mulheres camponesas, busca-se reconhecer sua contribuição para a construção de uma sociedade mais sustentável, igualitária e solidária.

Assim, o estudo não se limita a uma análise teórica, mas propõe esse olhar crítico sobre as práticas cotidianas dessas mulheres, que, com sabedoria e

resistência, transformam o campo em espaço de aprendizado, vida e transformação social.

Meu interesse por essa temática surgiu durante o segundo semestre da Licenciatura em Educação do Campo, especialmente nas atividades do Tempo Comunidade realizadas na Escola Alberto Wardenski, em Canoinhas. Essa etapa do curso busca aproximar os estudantes da realidade das comunidades rurais, promovendo a troca de experiências e saberes entre a escola e o campo, articulando teoria e prática vivenciadas nos tempos-escola e tempos-comunidade. Essas vivências são essenciais para a formação de educadores comprometidos com a valorização dos saberes locais e com a compreensão das especificidades da Educação do Campo.

**Imagem 1:** Tempo comunidade realizado no ano 2022 na escola Wardenski.



**Fonte:** Facebook. Disponível em [http:// www.facebook.com/share/1MB bEm1G/?mibextid=wwXlfr](http://www.facebook.com/share/1MB bEm1G/?mibextid=wwXlfr)

A experiência no Tempo Comunidade foi essencial para a minha aproximação com o tema da valorização dos conhecimentos das mulheres agricultoras. Ao conhecer de perto a realidade dessas mulheres, percebi a importância de seus saberes para a comunidade e a necessidade de dar visibilidade a esses conhecimentos que, muitas vezes, permanecem invisibilizados. Essa vivência despertou em mim o desejo de aprofundar meus estudos e contribuir para o

reconhecimento e a valorização dos saberes tradicionais das mulheres do campo. Ao longo dessa trajetória, compreendi a relevância do papel das mulheres na produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, assim como o fato de que seus conhecimentos ainda são frequentemente desvalorizados.

Acredito que valorizar esses saberes é essencial, pois as mulheres exercem um papel central na agroecologia, sendo guardiãs de sementes crioulas e protagonistas na construção de sistemas alimentares mais justos e equitativos. Dessa forma, ao desenvolver esta pesquisa, buscou contribuir para o reconhecimento do papel das mulheres na agroecologia, destacando seus conhecimentos e práticas, desconstruindo estereótipos de gênero que limitam sua participação na tomada de decisões e na produção de saberes, e, por fim, promovendo a igualdade de gênero no campo.

No tempo de escola, sempre ouvi falar sobre grandes mulheres na ciência, no entanto, raramente ouvi mencionar as mulheres que, em seus quintais produtivos, transformam o cotidiano em um verdadeiro laboratório de saberes e experiências. Foi por meio das atividades do Tempo Comunidade que passei a olhar com mais atenção ao meu redor e a reconhecer o valor do trabalho desenvolvido por tantas mulheres, especialmente aquela que marcou minha infância, sempre ao lado da minha avó Clarice, que me criou com tanta sabedoria.

O quintal da minha avó sempre foi seu laboratório vivo — um espaço de cuidado, de partilha e de vida — repleto de plantas medicinais e alimentos saudáveis. Na minha infância eu não possuía este olhar de todo seu conhecimento, nem dos cuidados com as sementes crioulas, foi através da Educação do Campo, aprendi que o conhecimento não está apenas nos livros, mas também nas mãos e nas práticas dessas mulheres que cultivam, curam e alimentam suas famílias com saberes transmitidos de geração em geração.

Ao vivenciar a realidade dessas mulheres, investiguei e vi a proposta de dar importância de seus saberes para a comunidade e a necessidade de torná-las visíveis. Essa experiência me motivou a aprofundar meus estudos e a buscar formas de contribuir para a valorização desses conhecimentos. Nesses momentos, tive a oportunidade de vivenciar a realidade. Ao longo dessa trajetória, percebi a importância

crucial das mulheres na produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, e como seus conhecimentos são frequentemente desvalorizados.

Esse reconhecimento e valorização dos conhecimentos das mulheres no contexto da agroecologia é essencial para a construção de um modelo agrícola sustentável e justo. As mulheres do campo desempenham um papel fundamental na preservação das sementes crioulas, garantindo a diversidade genética e a manutenção dos recursos naturais, elementos-chave para a segurança alimentar e para a saúde dos ecossistemas.

No entanto, apesar da importância central de suas práticas e saberes, elas frequentemente são invisibilizadas e subestimadas em uma sociedade patriarcal, que perpetua estereótipos de gênero e limita seu acesso a espaços de decisão e produção de conhecimento. Ao aprofundar essa discussão, busco contribuir para o reconhecimento e a valorização desses saberes tradicionais e para a desconstrução das barreiras de gênero, promovendo o empoderamento feminino no campo.

Essa perspectiva não só enriquece a agroecologia como campo científico e prático, mas também impulsiona a construção de relações sociais mais igualitárias, democratizando o acesso aos recursos, às tecnologias e às políticas públicas. Assim, destacar o papel das mulheres na agroecologia é uma forma de fortalecer a justiça social, ambiental e de gênero, reconhecendo que o fortalecimento dessas mulheres é igualmente o fortalecimento de toda a sociedade. Tendo justificado o tema dessa pesquisa, abaixo apresento a síntese dos objetivos do trabalho.

### **3. OBJETIVOS**

#### **3.1 OBJETIVO GERAL**

Investigar os conhecimentos tradicionais de duas mulheres do campo acerca das plantas medicinais na região do Planalto Norte de Santa Catarina, buscando contribuir para a visibilização desse saber ancestral e para o empoderamento feminino no campo.

### 3.2 OBJETIVO ESPECÍFICOS

- Investigar os conhecimentos tradicionais acerca das plantas medicinais das mulheres camponesas na região do Planalto Norte.
- Identificar as técnicas de cultivo, coleta e preparo de plantas medicinais utilizadas pelas mulheres do campo, em seus quintais produtivos.
- Identificar as formas de transmissão desses conhecimentos entre as gerações e os desafios enfrentados nesse processo.
- Evidenciar e valorizar os conhecimentos das mulheres participantes da pesquisa com destaque para a utilização das plantas medicinais, a sua importância na preservação das sementes.

### 4. METODOLOGIA

A presente pesquisa configura-se como uma investigação qualitativa, de caráter exploratório, com utilização de duas entrevistas semi-estruturadas. Segundo a autora Minayo:

A investigação qualitativa requer, como atitudes fundamentais, a abertura, a flexibilidade, a capacidade de observação e de interação com o grupo de investigadores e com os atores sociais envolvidos (Minayo, 2014, p.195).

Conforme descreve a autora Minayo:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo, 2001, s/p).

Para coleta de dados foi utilizada uma entrevista com Iraci de Lara que participa do Movimento de Mulheres Agricultoras do MMC e com Dona Clarice, que é reconhecida por ser guardiã semente crioulas.<sup>3</sup>

Podemos compreender que entrevista semi-estruturada constitui uma técnica de coleta de dados qualitativos que concilia a estruturação de um roteiro com a flexibilidade necessária para aprofundar temas relevantes, garantindo assim uma rica coleta de informações (Manzini, 2004).

Considerada como “uma conversa com finalidade” a entrevista individual se caracteriza por sua forma de organização e utilidade para os estudos a que se destina: (a) levantamento de opinião, quando é mediada por um questionário totalmente estruturado, no qual a escolha dos interlocutores está condicionada às respostas a perguntas formuladas pelo investigador; (b) entrevista semiestruturada, que combina um roteiro com questões previamente formuladas e outras abertas, permitindo ao entrevistador um controle maior sobre o que pretende saber sobre o campo e, ao mesmo tempo, dar espaço a uma reflexão livre e espontânea do entrevistado sobre os tópicos assinalados. Essa modalidade é a mais utilizada por principiantes. (c) Entrevista aberta ou em profundidade, que consiste numa interlocução livre, balizada pelos parâmetros do objeto de estudo (Minayo e Costa, 2018. s.p.).

A citação de Minayo e Costa (2018), nos oferece uma visão clara e concisa sobre as diferentes modalidades de entrevistas individuais e suas características. Ao compreender as particularidades de cada tipo de entrevista, o pesquisador pode escolher a ferramenta mais adequada para alcançar seus objetivos de pesquisa.

Os dados coletados permitirão evidenciar a importância do conhecimento tradicional dessas mulheres do Campo sobre os conhecimentos tradicionais, contribuindo para a valorização desses saberes passados de geração em geração e para a promoção de práticas sustentáveis da saúde. Para a coleta de dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com Iraci de Lara, integrante do Movimento de Mulheres Agricultoras do MST, e com Dona Clarice, reconhecida por ser uma guardiã de sementes crioulas. As entrevistas seguiram um roteiro previamente elaborado, composto por questões abertas relacionadas aos saberes tradicionais, às práticas agroecológicas, à participação no movimento social e às experiências de vida

---

<sup>3</sup> Segundo o autor (Londres s/p., 2014): As sementes crioulas, segundo a legislação brasileira também chamadas de sementes de variedade local ou tradicional, são aquelas conservadas e manejadas por agricultores familiares, quilombolas, indígenas e outros povos tradicionais e que, ao longo de milênios, vêm sendo permanentemente adaptadas às formas de manejo dessas populações e aos seus locais de cultivo.

das entrevistadas. Esse roteiro encontra-se disponibilizado nos Apêndices deste trabalho para consulta.

Antes do início das entrevistas, foi apresentado e explicado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido <sup>4</sup>(TCLE), que também está anexado trabalho. As participantes foram informadas sobre os objetivos da pesquisa, a forma de uso das informações. As entrevistas ocorreram de forma presencial, os diálogos foram gravados em áudio, com autorização expressa das entrevistadas, e posteriormente transcritos integralmente para análise.

## **5. REFERENCIAL TEÓRICO: FEMINISMO CAMPONÊS E POPULAR**

Tendo como referência a obra “Feminismo Camponês Popular<sup>5</sup>: Reflexões a partir de experiências do Movimento de Mulheres Camponesas”, observa-se que a análise é fundamentada em perspectivas construídas pelas próprias mulheres do MMC, a partir de suas vivências, reflexões e práticas de luta. A autoria de Silva e a organização de Mezadri, Cima, Taborda, Gaspareto e Collet reforçam o caráter coletivo da obra, que nasce de um processo de escrita compartilhada, representando o esforço de sistematização das experiências históricas do movimento. Como afirmam as autoras, a obra “traz nossas concepções sobre o Feminismo Camponês Popular a partir das experiências e reflexões vivenciadas no MMC” (Lorenzoni; Seibert; Collet, 2020, p. 9) resultando de uma “elaboração coletiva, trazendo a história do MMC, mas também a vida, organização, formação e lutas de nós militantes que ousamos contribuir na escrita dos textos, motivadas por uma mística emancipadora” (Collet, 2020, p. 9).

Essa afirmação evidencia que o Feminismo Camponês Popular não é apenas uma teoria abstrata, mas um saber tecido a partir da prática, da luta cotidiana e da resistência histórica das mulheres do campo.

---

<sup>4</sup> O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), elaborado, segundo as orientações da Resolução nº 466/12 do CNS, assinado por cada entrevistado da pesquisa, a fim de resguardar a entrevistadora.

<sup>5</sup> Segunda a autora Souza, 2019, p. 31. O Movimento de Mulheres Camponesas vem justamente contrapor essa ideia através de um feminismo camponês e popular, buscando equidade, além de produzir alimentos de forma agroecológica garantindo e valorizando a economia solidária e a soberania alimentar.

Dessa forma, compreende-se que o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) emerge como uma força social organizada, desafiando as desigualdades de gênero, enfrentando as opressões históricas e promovendo a autonomia das mulheres trabalhadoras do campo. Com raízes profundas nas lutas por terra, justiça social e soberania alimentar, o MMC tem se constituído como espaço de protagonismo feminino, contribuindo para a construção de uma nova identidade para as mulheres camponesas: sujeitos de direitos, detentoras de saberes ancestrais e protagonistas das transformações sociais em suas comunidades.

O movimento de mulheres camponesas assume a missão de libertação das mulheres trabalhadoras de qualquer tipo de opressão e discriminação. Isso se concretiza nas lutas, na organização, na formação e na implantação de experiências de resistência popular, onde as mulheres sejam protagonistas de sua história. Lutar por uma sociedade baseada em novas relações sociais entre os seres humanos e deles com a natureza (Movimento de Mulheres Camponesas, 2018. p 10).

Esse posicionamento evidencia a centralidade das mulheres na construção de uma sociedade igualitária para garantir seus direitos. Ao se colocarem como protagonistas de suas próprias histórias, as mulheres camponesas rompem com a lógica patriarcal que historicamente as silenciou, reafirmando seus saberes, práticas e formas de organização como instrumentos de transformação social. “Historicamente as mulheres sempre protegem a terra, as sementes. Hoje, se a gente for olhar, quem mais guardou as sementes, quem preservou, foram as mulheres” (Siliprandi, 2009, p. 307). Através da luta por direitos como: aposentadoria, salário maternidade e documentos pessoais, as camponesas iniciam a sua emancipação. Em coletivo se reconhecem como trabalhadoras, com direitos de se tornarem sujeitas das suas próprias histórias.

Para as mulheres camponesas, essa conquista começou quando elas decidiram sair de casa, deixar de ser invisíveis e se juntar em grupo. A partir daí, lutaram para que fossem reconhecidas como trabalhadoras com direitos, como aposentadoria, salário-maternidade e documentos pessoais. Siliprandi (2009) destaca que as mulheres camponesas fortalecem suas experiências nas comunidades e defendem a alimentação saudável como parte da soberania alimentar.

Elas vão além das questões de gênero, e das práticas capitalistas e reafirmando seu papel na construção de um modelo agrícola sustentável e justo.

Elas vêm trabalhando essas questões de duas formas: 1) valorizando as suas experiências concretas, nas casas, nas comunidades, fortalecendo-se como sujeitos dessas experiências; e 2) propondo a valorização da alimentação saudável como parte de uma discussão mais geral sobre o sistema agroalimentar, na ótica da soberania alimentar, sugerindo em espaços mistos as formas de enfrentar esse modelo. Não é uma discussão isolada, na qual as mulheres permanecem em um gueto, discutindo “coisas de mulher”. Elas se investem da condição de defensoras de um modelo produtivo centrado na produção de alimentos, em função de que essas sempre foram tarefas suas na divisão do trabalho. Mas avançam, como já vimos, para o questionamento sobre as multinacionais da alimentação, posicionando-se quanto aos problemas gerados pela monopolização das sementes, o uso da terra para outros produtos que não os alimentos, os agrotóxicos, a alimentação industrializada, entre outros temas de abrangência mais geral. (Siliprandi, 2009, p. 311).

Nesse caso, destaca-se a agroecologia como alternativa viável, sabendo que:

A Agroecologia é uma área de conhecimento eminentemente interdisciplinar, cujos estudos têm crescido de forma expressiva em diversos campos de saberes que procuram compreender desde aspectos relacionados a técnicas de cultivo e manejo agrícola até questões culturais e sociais. Nesse sentido, os saberes advindos da Agroecologia são provenientes do senso comum, da ciência, da filosofia e da religião, conferindo-lhe um caráter complexo e diverso de interpretações. (Lima, 2017, p. 131).

Ao integrar saberes tradicionais e conhecimentos científicos, a agroecologia fortalece a autonomia das mulheres, que historicamente foram guardiãs das sementes, responsáveis pela manutenção das hortas e transmissoras de práticas ligadas à saúde e à alimentação.

Segundo a autora Alessandra de Oliveira Silva:

No Brasil, o modelo de Agricultura Alternativa, que tem maior expressão, é a agroecologia, que vem ganhando espaço desde os anos de 1990, por ser uma ciência que agrega técnicas e conhecimentos científicos e tradicionais dos camponeses, buscando equilíbrio entre produção, conservação e preservação da natureza, acrescentando às diversas bandeiras e lutas, como: a reforma agrária, o feminismo, a valorização do trabalho, a economia solidária e a segurança alimentar e nutricional, entre outras bandeiras de luta. (Silva, 2019, p. 42).

Essa perspectiva rompe com a lógica do agronegócio, que concentra terras, destrói a biodiversidade e subordina o trabalho camponês a interesses de mercado. Na agroecologia, o cultivo da terra é pensado de forma coletiva, solidária e sustentável, valorizando os modos de vida camponeses e reafirmando a centralidade da natureza como fonte de vida, e não como recurso a ser explorado. Ao assumir esse

modelo, as mulheres camponesas reafirmam sua condição de protagonistas, exercendo o direito de decidir sobre o que plantar, como plantar, fortalecendo, assim, a soberania alimentar de suas comunidades.

A agroecologia promove uma nova forma de organização social no campo, em que o cuidado, a cooperação e a diversidade são princípios fundamentais. Nesse sentido, ela não se limita ao espaço da roça ou da horta, mas se projeta como um projeto de sociedade mais justo, igualitário e sustentável. É um caminho que une preservação ambiental, justiça de gênero e valorização cultural, garantindo que o trabalho das mulheres seja reconhecido e respeitado, e que suas experiências de resistência e inovação contribuam para transformar a realidade do campo e da cidade.

No contexto de intensas mobilizações sociais no Brasil, é que ganham força, na década de 1980, os movimentos organizados por mulheres agricultoras. Esse período foi marcado pelo enfraquecimento do regime militar e pela crescente pressão popular pela redemocratização do país. Diante da sensação de apagamento social e da exclusão histórica que enfrentavam, muitas mulheres passaram a se articular politicamente, formando coletivos e grupos feministas. Esses espaços passaram a ser fundamentais para debater demandas, denunciar desigualdades e reivindicar direitos. A partir da atuação de diversos movimentos sociais, surgiu a necessidade de um movimento de mulheres camponesas.

(...) a luta pela igualdade de participação política e por direitos das mulheres deve ser protagonizada pelas próprias mulheres e deve ser realizada junto com a luta de classes, no enfrentamento ao sistema capitalista, patriarcal e racista. Por isso elas percebem que precisam organizar em movimentos autônomos de mulheres camponesas essa compreensão política que brota em todo o país na década de 80. (MMC/Brasil, 2018, p. 4-5.)

A falta de reconhecimento do trabalho da mulher do campo traçava o caminho dos arranjos sociais e era legitimada pelo Estado através da falta de direitos e de benefícios. O I Encontro Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais reuniu, em 1986, camponesas de 16 Estados do Brasil para discutir pautas comuns e formar uma luta unificada por direitos, entre eles, sua representação na Constituição Cidadã de 1988.

Mas vários formatos movimentos organizados por essas mulheres em torno de uma pauta importante par a época: engajar-se na luta popular da Constituinte, como destacam Contem Martins e Daron:

Os debates ficaram cada vez mais acalorados à medida que as mulheres se organizavam. Caravanas de mulheres passaram a aparecer nas ruas da cidade, indicando que elas estavam perdendo a vergonha. Um dos gritos de ordem, na rua, era: 'Se a mulher da roça não planta, a da cidade não janta'. E ficaram cada vez mais ousadas.... A antiga 'ordem' sofria abalos. As mulheres da roça começaram a falar em MOVIMENTO! (Conte; Martins; Daron, 2009, p. 99).

Observa-se a presença de uma diversidade de organizações feministas rurais no Brasil, bem como sua multiculturalidade, pois esses grupos de mulheres são advindas das mais diferentes regiões e culturas do país, e a sua junção de organizações feministas do campo, se dá a partir do Primeiro Congresso Nacional, ocorrido entre 05 a 08 de março, no ano de 2004, na capital Brasília/DF.

A participação das mulheres camponesas em Movimentos por reivindicações de direitos propiciou uma significativa mudança identitária nessas mulheres e uma reconfiguração do seu papel de gênero no campo. A partir desses movimentos organizados, muitos direitos e garantias voltados para a redistribuição econômica e o reconhecimento identitário, pautados em suas lutas, acabaram sendo positivados no ordenamento jurídico brasileiro.

Nesse contexto histórico de mobilização, fortalecimento político e construção coletiva das lutas das mulheres camponesas, compreende-se que o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) não emerge apenas como resposta às desigualdades, mas como um espaço de formação, resistência e produção de novos sentidos para o trabalho, para a vida e para a organização social no campo. Ao recuperar esse percurso, torna-se possível reconhecer como suas práticas, baseadas na agroecologia, na autonomia e na valorização dos saberes populares, estruturam as experiências das mulheres entrevistadas neste trabalho.

Assim, finalizada a discussão conceitual e histórica que fundamenta o estudo, o capítulo seguinte apresenta a análise dos dados produzidos durante o trabalho de campo, examinando as falas, vivências e significados atribuídos pelas participantes às suas trajetórias, às sementes crioulas e às formas de resistência construídas em seus territórios.

## 6. A VIDA DAS MULHERES NO CAMPO: QUEM SÃO AS ENTREVISTADAS E SUAS HISTÓRIAS DE VIDA

Este capítulo analisa os dados qualitativos coletados através das entrevistas, destacando o conhecimento das mulheres do campo com plantas medicinais. As falas revelam uma profunda articulação entre a luta pela terra e a construção de um modelo de sociedade fundado no cuidado, na Agroecologia e na Saúde Popular.

No dia 26 de julho de 2025, ocorreu, em Florianópolis, o Encontro Regional do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), realizado no Horto de Plantas Medicinais. O evento contou com momentos de troca de saberes, incluindo a partilha de sementes crioulas, fortalecendo os vínculos entre as participantes e valorizando os conhecimentos tradicionais.

**Imagem 2:** Encontro Regional do Movimento das Mulheres Camponesas, em Florianópolis, no Horto da UFSC.



Fonte: Autoral, 2025

Durante o Encontro, tive a oportunidade de conhecer Andrea, que atuou no ano de 2011 a 2013 como professora e coordenadora do curso de agroecologia no IFSC em Canoinhas, SC e me apresentou Dona Iraci. Esse diálogo permitiu ampliar ainda mais minha compreensão sobre as práticas agroecológicas e sobre a importância da organização das mulheres camponesas.

Dona Iraci Rodrigues de Lara vive há 12 anos no assentamento Manoel Alves Ribeiro, no município de Irineópolis. É uma importante liderança feminina, reconhecida no Movimento de Mulheres Agricultoras do MST, fruto de uma trajetória construída coletivamente ao longo de décadas junto às moradoras que já estão há 38 anos assentadas no território. Ela conta que sua atuação começou a se fortalecer quando residia na Cidade de *Quilombo*, município localizado no Oeste de Santa Catarina, espaço voltado ao cuidado comunitário e à saúde popular. Em suas palavras:

Entrei no Movimento para cuidar das pessoas doentes. Eu não sabia nada e ainda não sei tudo. Era o coletivo de saúde que atendia 300 pessoas e, no começo, tive que procurar plantas para tratar dessas pessoas, e acabei me tornando uma referência (Entrevista com Dona Iraci de Lara: 31/10/2025. Irineópolis).

A partir dessa vivência, Dona Iraci consolidou um caminho marcado pelo cuidado, pela solidariedade e pelo conhecimento tradicional das plantas medicinais, tornando-se figura essencial para sua comunidade e para as práticas agroecológicas desenvolvidas na região.

Relata que desde criança, sempre sonhou em produzir alimentos saudáveis e, após muita luta, conseguiu concretizar esse sonho. Reconhecida por sua comunidade pelo vasto conhecimento popular, Dona Iraci tem papel fundamental na preservação e no uso de plantas medicinais — uma prática essencial para a cultura e a saúde das famílias locais. Relata em suas falas:

Foi o Movimento que sempre me deu oportunidades, inclusive a de ter terra para plantar e produzir alimentos saudáveis. Este era um solo considerado impróprio, mas nós o recuperamos para que pudesse voltar a produzir. Tivemos que cuidar da terra-mãe para que ela nos devolvesse alimentos saudáveis e, assim, pudéssemos viver saudáveis. (Entrevista com Dona Iraci de Lara: 31/10/2025. Irineópolis).

Recentemente, participou do Festival Guardiãs de Sementes do Paraná – Terra, Alimento e Preservação da Vida pelas Mulheres, promovido pela Rede

Sementes da Agroecologia (ReSA), reafirmando seu compromisso com a preservação da vida e da biodiversidade.

Ela conta que sua relação com as plantas medicinais começou antes mesmo de sua mãe, pois sua família sempre utilizou o que a natureza tinha a oferecer. Dona Iraci relembra:

Quando eu tinha 5 anos, minha mãe ficou muito doente, e eu quis ajudá-la. Me ensinaram a fazer uma compressa com flor de batata-doce e pimenta-do-reino. Fiz esse processo três vezes e a dor que ela sentia desapareceu. Foi um milagre das plantas. Entrevista com Dona Iraci de Lara: 31/10/2025. Irineópolis).

A partir desse momento, nasceu sua paixão pelo cuidado e pelo poder curativo da natureza, tornando-se uma verdadeira guardiã dos saberes tradicionais e da saúde natural.

A experiência de Dona Iraci evidencia que o Movimento desempenha um papel decisivo na trajetória das mulheres do campo, atuando em duas dimensões principais. A primeira é a construção do coletivo, fortalecida pela convivência, pela partilha de saberes e pela criação de vínculos entre mulheres que vivenciam realidades semelhantes. A segunda diz respeito ao empoderamento proporcionado pelos novos conhecimentos e aprendizagens, seja sobre agroecologia e modos de produzir, seja por meio da participação ativa em espaços sociais e comunitários. Assim, as mulheres passam a se reconhecer como sujeitos sociais capazes de ocupar diferentes lugares e de exercer voz e protagonismo. Ressalta com a fala de Dona Iraci:

Foi no Movimento que eu encontrei força e companhia. Ali, entre as mulheres, a gente aprende juntas, troca nossas vivências e percebe que não estamos sozinha na luta. Esse coletivo me deu coragem para seguir. E, conforme eu fui participando das formações e das atividades, fui descobrindo coisas que nunca imaginei: aprendi sobre agroecologia, sobre como produzir de um jeito mais saudável, e também aprendi a me colocar, a falar, a participar das decisões. Hoje eu me reconheço como sujeito, sei que tenho voz e que posso ocupar meu espaço. (Entrevista com Dona Iraci de Lara: 31/10/2025. Irineópolis).

A fala de Dona Iraci revela, de forma sensível e potente, o impacto transformador do Movimento na vida das mulheres rurais. Sua narrativa evidencia que a participação coletiva não se limita ao aprendizado técnico sobre agroecologia, mas constitui um espaço de formação política, de construção de autonomia e de fortalecimento da

identidade feminina. Ao afirmar que aprendeu a se colocar, a falar e a participar das decisões, Dona Iraci demonstra que o Movimento atua como um território de emancipação, onde saberes são compartilhados e onde cada mulher reconhece seu próprio valor enquanto sujeito social. A experiência relatada por ela confirma que o pertencimento ao coletivo rompe o isolamento histórico imposto às mulheres do campo e possibilita a construção de novas formas de existir, produzir e decidir. Assim, sua fala sintetiza a força da organização feminina e mostra que a luta por direitos, por terra e por dignidade também é, profundamente, uma luta por reconhecimento e por voz.

No próximo parágrafo, apresento a história de vida de Dona Clarice, destacando sua trajetória, seus saberes e sua importância para a comunidade e para a preservação dos conhecimentos tradicionais. Sua história revela força, dedicação e cuidado, especialmente por meio do uso das plantas medicinais e das sementes crioulas, saberes que atravessam gerações e mantêm viva a relação com a natureza. Dona Clarice representa resistência, acolhimento e a valorização da cultura popular, sendo uma referência para todos que aprendem com sua experiência e sua caminhada.

Será abordada a forma como esses conhecimentos são transmitidos ao longo do tempo, ressaltando a importância da valorização da memória, do saber das mulheres e do papel fundamental que essas práticas desempenham na construção da identidade, da saúde e do bem-estar.

Dona Clarice Pereira da Rocha, aos 73 anos, é figura central em minha formação pessoal, pois me criou desde a infância com suas mãos sempre cuidadosas e cheias de afeto. Atualmente residente no município de Canoinhas, participou desta pesquisa como uma das entrevistadas. Era moradora da comunidade de Timbó/SC, construiu sua trajetória no campo por meio do trabalho coletivo e da dedicação à produção agroecológica. Contudo, relata que sua caminhada foi marcada por inúmeras dificuldades, especialmente pela invisibilização de seu trabalho, tanto no âmbito doméstico quanto produtivo.

**Imagem 3:** Quintal dona Clarice, em Canoinhas/SC



**Fonte:** Autoral, 2025

Em seu depoimento, Dona Clarice evidencia que, por muitos anos, sua atuação — fundamental para a manutenção da família e da propriedade — foi desconsiderada pelo companheiro, como acontece com tantas mulheres camponesas. Ao mesmo tempo, sua fala revela a força de sua resistência e o profundo compromisso com a preservação dos saberes tradicionais, especialmente no cuidado e conservação das sementes crioulas, que ela mantém vivas e circulando entre gerações. Ressalta em suas falas, com tristeza de nunca ser reconhecida:

Minha vida nunca foi fácil. Trabalhei a vida inteira, minha mãe me mandou cedo para cuidar dos filhos de uma outra família, em troca de comida, depois fui trabalhar na roça, mas ninguém via como um trabalho. Tudo o que eu fazia não tinha valor. Depois eu casei, e cuidava das crianças e da roça — e sei que muitas mulheres passavam pelo mesmo, eram caladas, não podiam sair

de casa, o teu avô nunca me deixou fazer nada sempre me barrou (Entrevista com Dona Clarice, 02/11/2025. Canoinhas).

Sua participação na pesquisa contribui significativamente para compreender o papel das mulheres na agricultura familiar, os processos de silenciamento que historicamente as atravessam e as estratégias de resistência que constroem no cotidiano. A trajetória de Dona Clarice ilumina, assim, a importância das mulheres na sustentação dos modos de vida no campo e no fortalecimento da agroecologia enquanto prática, conhecimento e forma de existir.

Observando todas as práticas da minha mãe/avó Clarice Pereira da Rocha, que sempre cultivou alimentos saudáveis em seus quintais. Sempre foram espaços vivos, repletos de alimentos saudáveis, plantados e cuidados com paciência, carinho e sabedoria. Ali, cada folha, cada broto e cada semente carregavam não apenas nutrientes, mas histórias, memórias e modos de vida transmitidos de geração em geração da minha bisavó.

Aqui não existe aquela organização certinha: é tudo misturado, um pouquinho de cada coisa. As folhas secas eu deixo no chão para proteger a terra, não deixo nada descoberto. Às vezes, eu também misturo essas folhas com a serragem do galinheiro, deixo descansar e depois coloco nas plantas. Muita coisa eu aprendi com minha mãe, via ela fazer isso desde pequena, eu ajudava ela (Entrevista com Dona Clarice, 02/11/2025. Canoinhas).

As hortas de minha avó não eram canteiros organizados; eram verdadeiros territórios de convivência com a natureza. Entre os temperos, verduras e legumes, sempre havia um espaço especial reservado às plantas medicinais, que ela tratava com respeito e conhecimento profundo. Era ali que se aprendia, pela observação e pelo afeto, que a terra oferece cura, proteção e alimento — desde que seja cuidada com responsabilidade.

Durante minha infância, fui inúmeras vezes cuidada por meio dessas plantas, que funcionavam como um pequeno laboratório vivo nas mãos de minha avó. Cada chá, compressa, revela o poder de um saber que nasce da relação íntima com a terra.

Houve, porém, um momento que marcou minha memória e que, hoje, enxergo com outros olhos. Durante muito tempo, repetia a ideia de que os quintais deveriam ser “limpos”, sem folhas caídas, sem galhos, sem aquilo que chamávamos de “mato”.

Recordo-me como se fosse hoje: em uma das saídas de minha avó, decidi “ajudar” e limpei todo o quintal, arrancando cada pequeno mato que encontrei. Quando ela voltou, o choque em seu rosto foi imediato.

Naquele instante, percebi que o que eu via como sujeira era, para ela, parte essencial do equilíbrio do quintal. As plantas espontâneas que eu havia arrancado eram, muitas vezes, medicinais; as folhas no chão protegiam o solo. Esse episódio ficou gravado em mim como uma lição silenciosa sobre saber, respeito e cuidado — uma lição que só compreendi verdadeiramente anos depois, no Curso de licenciatura em Educação do Campo. Em suas falas cita que:

Precisamos cuidar e proteger o solo. Não há necessidade de usar adubos químicos; antigamente nem existia isso, e mesmo assim as pessoas produziam, alimentos saudáveis, sem nenhum uso de agrotóxico. Esses produtos chegaram agora, trazidos pelo modelo do agronegócio. (Entrevista com Dona Clarice, 02/11/2025. Canoinhas).

Em nossa lavanderia, as prateleiras eram sempre preenchidas por uma vasta variedade de sementes crioulas, cuidadosamente guardadas em potes, latas e saquinhos. Cada semente tinha uma história, um uso e uma memória associada. Minha avó organizava essas sementes com uma atenção, anotando datas, separando variedades, classificando para o próximo plantio. Aquele espaço simples da casa transformava-se em uma espécie de biblioteca da terra, onde cada frasco representava uma página de saberes ancestrais — saberes que ela fazia questão de manter e transmitir. Em conversa ela explica como funciona o armazenamento das sementes:

Primeiro, a gente escolhe as melhores sementes e guarda tudo com muito cuidado para o ano seguinte. Antigamente, se trocamos com vizinhos, vendíamos um pouco. Mas tem que armazenar bem, porque uma seca ou os bichinhos podem fazer a gente perder uma semente que levou tempo para guardar. Um dos jeitos é colocar a semente num pote, acender uma velinha lá dentro e fechar. Quando ela apaga, consome o oxigênio e evita que apareça caruncho. E quando é pouca semente, a gente usa mesmo em garrafa pets (Entrevista com Dona Clarice, 02/11/2025. Canoinhas).

As sementes crioulas, ali alinhadas e protegidas, revelavam a profundidade do compromisso dela com a preservação da biodiversidade e com a autonomia alimentar.

Era um gesto silencioso, mas revolucionário, que mostrava o quanto a resistência e a continuidade das tradições começam, muitas vezes, dentro de casa, nas mãos de mulheres que compreendem o valor da vida desde o seu início: a semente.

Ela sempre relata que tudo o que sabe aprendeu observando a própria mãe. Naquele tempo, usava-se o que havia por perto, aquilo que a natureza generosamente oferece. Esse aprendizado vinha da prática, do convívio diário e do respeito pelos ciclos naturais, não de livros ou salas de aula.

Eu considero isso muito importante, porque é um conhecimento que veio da minha mãe, que ela também aprendeu com sua mãe e que ela passou pra mim e agora espero que você e a Daniele possam aprender comigo. É uma cultura que atravessa gerações na nossa família, e acredito que devemos mantê-la viva. Além disso, é algo mais saudável, já que não envolve sementes transgênicas. (Entrevistada Dona Clarice, 02 de novembro de 2025.)

Ela também revelou que não teve a oportunidade de estudar, mas que sempre carregou consigo o sonho de fazer um curso de agroecologia. Para ela, esse desejo não era apenas uma formação técnica, mas a possibilidade de aprofundar os saberes que já vinham de sua vivência, de sua história e de sua relação íntima com a terra.

Eu nunca tive a oportunidade de estudar. Seu avô sempre me impediu: eu precisava cuidar da casa, do Daniel, da Denise e da Daniele, ajudar em tudo, e nunca podia ir estudar, teu avô sempre falava lugar de mulher é em casa, escutei muito isso, hoje eu falo para vocês: estudam aproveitem a oportunidade, terminem os estudos. (Entrevistada Dona Clarice, 02 de novembro de 2025.)

O relato de Dona Clarice revela mais do que uma experiência individual: ele evidencia uma realidade historicamente vivida por muitas mulheres do campo, cujos sonhos de estudo e autonomia foram interrompidos por responsabilidades impostas e por relações de poder que limitavam suas escolhas. Sua fala, marcada pela sinceridade e pela dor contida, mostra como o acesso à educação foi negado, não por falta de desejo, mas pela sobrecarga de tarefas domésticas, pelo cuidado com os filhos e por estruturas familiares que reforçam a desigualdade de gênero.

Ao registrar esse depoimento, compreendemos que cada história silenciada representa também um potencial interrompido, um caminho não trilhado por falta de oportunidades. No entanto, o fato de Dona Clarice compartilhar sua trajetória hoje transforma sua experiência em memória, resistência e aprendizado para as gerações

que a sucedem. Sua fala se torna um convite para refletirmos sobre a importância de garantir que outras mulheres tenham a liberdade e as condições para estudar, escolher e construir seus próprios caminhos — algo que lhe foi negado, mas que nunca deixou de ser seu sonho.

## 6.1 TRABALHO DAS MULHERES

O contexto da agricultura familiar e camponesa é estruturado em torno da Unidade Familiar de Produção (UFP), onde a distinção entre a esfera produtiva e reprodutiva é tênue, mas a divisão do trabalho, rigidamente marcada pelo gênero. Conforme aponta Wanderley (2014, p. 25), o trabalho é, antes de tudo, uma relação familiar, o que permite que a exploração da mão de obra feminina seja naturalizada sob o manto da "ajuda" ou da "colaboração" com o cônjuge.

Nessa direção, as entrevistas apresentam que esta naturalização é o primeiro mecanismo da invisibilidade. Historicamente, as tarefas realizadas pelos homens – aquelas ligadas à lavoura principal, ao uso de máquinas e à comercialização de grandes commodities – são classificadas como "trabalho" produtivo e quantificadas. Em contraste, as atividades femininas, embora cruciais para a subsistência e a saúde da família, são relegadas à categoria de afazeres domésticos ou cuidados, compreendidas como trabalho reprodutivo. Nesse contexto cresci ouvindo as histórias da minha avó, de que homem não podia ajudar dentro de casa, ela conta que:

O teu avô era daqueles que achava que mulher tinha que ficar só dentro de casa: 'no tanque molha a barriga e no fogão seca', ele dizia. Se chegasse e encontrasse alguma louça na pia, já era motivo certo para briga. Todo trabalho feito nunca era reconhecido, era uma obrigação apenas da mulher, homem não podia "ajudar" a mulher se você se pedia uma ajuda eles já falavam que a mulher era preguiçosa (Entrevista com Dona Clarice, 02/11/2025. Canoinhas).

A pesquisadora BRUMER (2007, p. 119) reforça que, na lógica patriarcal, "o que é feito pela mulher é tido como 'não-trabalho', o que implica não apenas a ausência de salário, mas, sobretudo, a ausência de reconhecimento social e de direitos previdenciários". A negação da identidade profissional da mulher como agricultora/camponesa limita seu acesso a políticas de crédito e a participação nos sindicatos e nas decisões sobre os rumos da produção.

Dona Iraci reforça em suas falas que:

As mulheres foram ensinadas a cuidar da casa, fazer comida, cuidar dos filhos, a serem obedientes e dedicadas ao trabalho doméstico. Já as atividades produtivas fora de casa eram vistas como responsabilidade exclusiva dos homens, reconhecidos como os provedores do sustento. O trabalho das mulheres, por sua vez, era considerado apenas uma 'ajuda', e não um trabalho legítimo. (Entrevista com Dona Iraci de Lara: 31/10/2025. Irineópolis).

Conforme aponta a literatura, a invisibilidade do trabalho camponês feminino alcança seu ápice na análise da dupla jornada. A mulher do campo acumula o trabalho produtivo, realizado na roça ou nas hortas para gerar renda, com o trabalho reprodutivo ou de cuidado.

Os relatos evidenciam não apenas a importância das mulheres como detentoras de um vasto conhecimento transmitido de geração em geração, mas também a invisibilidade que historicamente recai sobre esse saber. Como afirmou Dona Iraci de Lara: "Muitas vezes, quando falávamos das plantas, diziam que era superstição. Nosso conhecimento ficava escondido, como se não tivesse valor". Esses dados reforçam que o saber das mulheres do campo é essencial para a promoção da saúde nas comunidades rurais e representa um patrimônio cultural que precisa ser visibilizado e legitimado.

Eu sempre fui quem cuidou do quintal: das plantas, das sementes, de selecionar o que vai ser plantado no ano seguinte. Sempre estive à frente de tudo isso. Desde pequena, escutei que esse tipo de cuidado era 'coisa de mulher', que homem não tinha tempo para se ocupar de plantinhas. Mas foi nesse espaço, no quintal, que aprendi a valorizar meu próprio saber, porque ali cada semente, cada broto e cada colheita carregam um pedaço da minha história e do trabalho invisível que sempre fiz (Entrevista com Dona Clarice, 02/11/2025. Canoinhas).

Este trabalho reprodutivo, que inclui a gestão do lar, o cuidado com os filhos e, centralmente, o uso do conhecimento tradicional para a saúde (fitoterapia e plantas medicinais), é o cerne da Economia do Cuidado. Conforme teorizado por Carrasco (2001), o trabalho de cuidado é um "custo oculto" que o sistema econômico transfere para a esfera privada e gratuita das mulheres. A não-remuneração e a não-valorização desse trabalho são fundamentais para a manutenção dos lucros no capitalismo e da dominação no patriarcado. É essa lógica que permite a persistência das falas deslegitimadoras, como as citadas por Rody e Telles (2022, p. 7), que rotulam a produção feminina como "pequena" ou minimizam o trabalho ao cuidado do lar.

Além da desvalorização econômica, há uma desvalorização epistêmica do saber feminino. O conhecimento tradicional das mulheres sobre plantas medicinais – um sistema complexo de diagnóstico e cura – é frequentemente ignorado pela ciência hegemônica e pelo agronegócio, que priorizam o conhecimento tecnicista e masculino. No entanto, este saber é a base de um sistema de saúde autônomo, conforme atesta o estudo de Teixeira et al. (2014) sobre o conhecimento popular, que valida a eficácia e a importância cultural dessas práticas na vida das comunidades.

Antigamente, todas as mulheres tinham seus remédios no quintal. A gente preparava chás, fazia pomadas e compressas, porque não tinha farmácia por perto; tudo era muito longe. Cuidar da horta e dos filhos era tarefa só das mulheres. Eu acordava cedo, ajudava a tirar o leite das vacas e sempre cuidei das galinhas. Essas coisas menores eram sempre feitas por nós, mulheres. Aprendi que era nossa responsabilidade cuidar dos bichos logo cedo. Mas ninguém considerava isso como trabalho; diziam que era só uma ajuda, porque não exigia muita força. (Entrevista com Dona Clarice, 02/11/2025. Canoinhas).

O espaço físico onde o trabalho e o saber da mulher se manifestam com maior autonomia é o quintal produtivo. Ele não é apenas uma extensão do lar, mas um verdadeiro laboratório de biodiversidade e um centro de produção agroecológica (Dal Sogna; Almeida, 2011). É no quintal que a mulher exerce o domínio sobre o manejo de sementes crioulas, a compostagem e o cultivo de espécies variadas, incluindo as medicinais. Em conversa com Dona Iraci ela relata que ela sempre cuidou do quintal:

A mulher que é responsável por cuidar do quintal, pois é trabalho é considerado pequeno, o homem só podia fazer algo que fosse reconhecido como trabalho grande, então nós mulheres exercemos o domínio sobre o manejo das sementes crioulas, a compostagem e o cultivo de inúmeras espécies, especialmente as plantas medicinais. É nesse lugar que nos guardamos, transmitem esses conhecimentos (Entrevista com Dona Iraci de Lara: 31/10/2025. Irineópolis).

Os quintais produtivos se tornam espaços de resistência e recriação da vida, pois representam a antítese do modelo produtivo dominante. Enquanto o agronegócio impõe a monocultura e a dependência química, nos quintais as mulheres cultivam diversidade, saúde e autonomia. Em suas falas, elas destacam que o quintal é “como uma farmácia e uma feira ao mesmo tempo”, lugar onde se encontram plantas medicinais, hortaliças e sementes que garantem tanto a cura quanto o alimento.

Aqui você pode perceber que eu planto tudo junto. Não tem aquela organização certinha: hortaliça está ao lado de planta medicinal, tudo misturado. E é assim mesmo, porque a natureza também é diversa, tem de tudo um pouco. A gente precisa cuidar da terra-mãe, porque é ela que nos

oferece tudo. Não podemos destruí-la com agrotóxicos. Por isso, aqui, todo o nosso trabalho é agroecológico e orgânico (Entrevista com Dona Iraci de Lara: 31/10/2025. Irineópolis).

A mulher, como guardiã dessas sementes, é fundamental para a manutenção da agrobiodiversidade, base da soberania alimentar. O conhecimento sobre as plantas, neste sentido, é entendido como uma tecnologia social e ecológica, que assegura a permanência da família no campo com saúde e qualidade de vida. O ato de cuidar da saúde da família com as plantas do quintal é, para além do afeto, um gesto político de resistência ao modelo hegemônico de saúde e produção. A superação da invisibilidade desse trabalho e saber não ocorre de forma individual, mas sim por meio da organização coletiva e da luta política. É Movimento de Mulheres Camponesas, fundamentado no Feminismo Camponês Popular (FCP), que fornece o arcabouço teórico-prático para que os quintais produtivos sejam reconhecidos como espaços de vida, cultura e emancipação feminina.

Este local se torna o ponto de inflexão da resistência, pois o trabalho ali realizado é a antítese do modelo produtivo dominante. Enquanto o agronegócio impõe a monocultura e a dependência química, o trabalho feminino no quintal promove a diversidade, a saúde e a autonomia. A mulher, como guardiã de sementes, é fundamental para a manutenção da agrobiodiversidade, que é a base da soberania alimentar. O conhecimento sobre as plantas, neste sentido, é uma tecnologia social e ecológica, que garante a permanência da família no campo com saúde e qualidade de vida. O ato de cuidar da saúde da família com as plantas do quintal é, para além do afeto, um ato de resistência ao modelo hegemônico de saúde e produção.

Quando eu não me sinto bem, é no quintal que busco meus remédios naturais. Ali é a minha farmácia. Se estou com dor de cabeça, por exemplo, pego algumas folhas de chuchu para fazer um chá e, em questão de dez minutos, já me sinto melhor. O “remédio” que você compra você adocece mais, toma para melhorar uma coisa e piora outra, precisa tomar mais um comprimido e vai adoecendo (Entrevista com Dona Clarice, 02/11/2025. Canoinhas).

A superação da invisibilidade do trabalho <sup>6</sup>e do saber das mulheres não ocorre de forma individual, mas sim por meio da organização coletiva e da luta política.

---

<sup>6</sup> Segundo autor Silva, 2017, s/p. Cita que: No final do século XIX eclode o movimento feminista, que tinha como luta o combate às opressões contra as mulheres e, de acordo com seu contexto temporal, encampou pautas como: libertação sexual, educação igualitária, creches, moradias dignas

A vida da mulher que trabalha é diferente. Quando as crianças começaram a ir para a escola, eu precisei arrumar um serviço para ajudar em casa, porque sempre faltava alguma coisa. No começo, pedi um vale para comprar comida, e meu patrão mandou chamar teu avô para saber por que estava faltando. Eu expliquei que ele só trazia uma caixinha de compras, que cabia atrás da bicicleta, e que o resto do dinheiro ele deixava no bar. Ele nunca se preocupou se faltava algo para as crianças. Então, meu patrão ainda perguntou se ele tinha me deixado trabalhar (Entrevista com Dona Clarice, 02/11/2025. Canoinhas).

A fala revela a desigualdade vivida por muitas mulheres que, além de sustentar a casa com seu trabalho diário, ainda enfrentavam o controle e a desresponsabilização dos companheiros. A experiência relatada mostra que, mesmo diante da falta de apoio e da sobrecarga, a mulher buscou alternativas para garantir o bem-estar dos filhos, assumindo sozinha a responsabilidade pela alimentação e pela manutenção da família. Ao mesmo tempo, evidencia como a figura masculina ocupava um lugar de autoridade, a ponto de o patrão questionar se ela “tinha permissão” para trabalhar. Esse relato expõe não apenas as dificuldades materiais, mas também a dimensão histórica do machismo e da dependência feminina, reforçando a importância do reconhecimento do trabalho das mulheres e da construção de sua autonomia econômica e social. É uma fala que denuncia, mas também revela força, resistência e coragem em meio às adversidades.

A realidade da mulher que trabalha é cheia de discriminação. Muitas vezes eu ouvi que tinha abandonado a casa e os filhos, que sair para trabalhar não era serviço, era só para ficar andando na rua. Sofri muito, assim como tantas outras mulheres que precisavam sair para trabalhar. Quando as crianças tinham uns 12 anos, eu quis voltar a estudar à noite. O teu avô, chegou a ir até a porta da escola para ver o que eu estava fazendo, dizendo que era para eu voltar para casa cuidar das crianças, porque, segundo ele, elas estavam abandonadas e eu não estava fazendo minha parte (Entrevista com Dona Clarice, 02/11/2025. Canoinhas).

A fala evidencia o peso da discriminação que recai historicamente sobre as mulheres que buscam trabalhar ou estudar fora de casa. Ao relatar acusações de abandono, vigilância constante e deslegitimação do próprio esforço, Dona Clarice revela como o controle social e familiar se restringia — e ainda restringe — a autonomia feminina. Sua experiência mostra que, para muitas mulheres, o simples ato de trabalhar ou estudar era interpretado como desvio, e não como direito. A reação do companheiro, indo até a escola para fiscalizar seus passos, simboliza o

---

e tantos outros interesses que amalgamavam adoção de novos padrões comportamentais com questões referentes ao acesso aos bens de sobrevivência.

cerceamento da liberdade e a perpetuação de uma lógica patriarcal que coloca a mulher exclusivamente na posição de cuidadora, negando-lhe a possibilidade de desenvolvimento pessoal. Assim, essa fala não apenas denuncia práticas machistas profundamente enraizadas, mas também destaca a força e a resistência das mulheres que, mesmo sob críticas e vigilância, insistem em construir seu próprio caminho.

Depois, comecei a trabalhar em casa como costureira. Eu tinha muitas clientes que traziam roupas para eu arrumar. Mas eu escutava do teu avô que eu estava transformando a casa em um bordel. Ele me humilhava na frente das clientes, para que elas não voltassem mais nem trouxessem serviço para mim (Entrevista com Dona Clarice, 02/11/2025. Canoinhas).

A fala de Dona Clarice revela de forma contundente a violência simbólica e psicológica que muitas mulheres enfrentaram — e ainda enfrentam — ao tentar conquistar a autonomia econômica. Mesmo realizando um trabalho digno e reconhecido pela comunidade, ela foi constantemente desqualificada e humilhada pelo marido, que utilizou ofensas e constrangimentos públicos como estratégia de controle. Ao acusá-la injustamente e envergonhá-la diante das clientes, ele buscava romper sua rede de apoio e impedir que ela obtivesse renda própria, reforçando a dependência e a submissão dentro da estrutura patriarcal. Esse relato evidencia como o trabalho feminino, especialmente quando realizado dentro do espaço doméstico, era alvo de preconceito e desvalorização, e como a autonomia da mulher muitas vezes despertava reações de medo e ameaça nos homens. Assim, a experiência de Dona Clarice não é apenas um testemunho individual, mas um exemplo das barreiras sociais e emocionais impostas às mulheres que lutam para conquistar sua independência e seu lugar no mundo do trabalho.

O FCP ressignifica o trabalho feminino. O cuidado, as plantas medicinais e a produção de alimentos saudáveis deixam de ser tarefas privadas e passam a ser bandeiras de luta pela transformação social e pela soberania alimentar. Essa politização é o que permite que a mulher se reconheça como sujeita histórica e política, como bem detalham Collet e Gasparetto (2021, p. 10): “Para quem não tinha nome, voz e nem vez, os percursos e trajetórias de cada mulher camponesa organizada no MMC, em suas particularidades e no coletivo, mostram a importância desse processo feminista camponês popular...”.

O MMC e o FCP operam, portanto, uma revolução de conceitos, onde o trabalho de reprodução é valorizado como o trabalho que sustenta a vida, e o conhecimento tradicional é elevado à categoria de ciência popular e estratégia de desenvolvimento. O objetivo final é traduzir essa valorização em direitos concretos, exigindo políticas públicas que reconheçam o trabalho, combatam a violência e garantam a autonomia econômica das camponesas, corrigindo a histórica desigualdade de gênero.

## 6.2. MULHERES E AGROECOLOGIA

Neste cenário encontra-se uma das mais importantes atividades econômicas do país: a agricultura<sup>7</sup>. Atualmente, essa tem como principal modelo o agronegócio, um sistema de produção que privilegia somente seus agentes e desencadeia uma série de dificuldades por conta das explorações das relações de trabalho e do uso da terra (Santos et al., 2014). No modelo do agronegócio maximiza-se o lucro e a produção, sem levar em conta aspectos sociais e ecológicos (Graziano, 1985). A devastação dos ecossistemas causada pelo agronegócio pode ser um dos fatores que propiciam um ambiente favorável ao desenvolvimento e proliferação de diferentes vírus (Dourado; Grade, 2020).

Compreender as histórias de vida de mulheres agricultoras rurais remete, portanto, à necessidade de reflexão sobre produções de subjetividades que se estruturam em um sistema capitalista, patriarcal e machista, em um país onde as trabalhadoras e trabalhadores vendem suas forças de trabalho por meio de um processo de exploração não somente da mão de obra, como também de recursos naturais da Terra.

Diferentemente da lógica do agronegócio, a agroecologia é uma prática que aponta como possibilidade de intervenção nas práticas da agricultura familiar, que tem sua importância pautada na possibilidade de uma visão sustentável de produção. As práticas agroecológicas buscam a permanência das famílias no campo, bem como o “manejo sustentável dos solos, a conservação dos recursos naturais, a valorização

---

<sup>7</sup> Segundo a autora Magalhães, 2017, p. 40, a agricultura, dentro do capitalismo, visa produzir mercadorias em detrimento da produção de alimentos: a lógica aqui é produzir aquilo que é vendável ao mercado, seja ele interno ou externo, com o objetivo de gerar lucro.

dos saberes locais e a independência dos pequenos agricultores que comercializam seus produtos” (Santos et al., 2014, p. 34).

De acordo com Sevilla-Guzmán (2002), a agroecologia surge não somente como uma proposição técnica que os agricultores familiares podem adotar, mas também como uma proposição política a ser refletida, uma vez que é mais que somente uma forma de produção. Trata-se também de um modelo que questiona a atual lógica produtiva e a hegemonia de poder no meio rural. Ao que consta na Declaração do Encontro Nacional Unitário dos Trabalhadores e Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas (2012) a agroecologia pressupõe um outro modo de se relacionar e de produzir na agricultura.

Segundo Altieri:

A agroecologia é um modo de produzir e se relacionar na agricultura, que preserva a biodiversidade, os ecossistemas e o patrimônio genético, que produz alimentos saudáveis, livre de transgênicos e agrotóxicos, que valoriza saberes e culturas dos povos do campo, das águas e das florestas e defende a vida (Altieri, 2004, p. 20-22).

Neste sentido, entende-se que a agroecologia é a aplicação de conceitos e princípios ecológicos no manejo de agrossistemas. Esses podem ser definidos como ecossistemas nos quais acontecem atividades agrícolas por meio de ação humana. No encontro em que estive com Dona Iraci, perguntei a ela sobre a importância da agroecologia, e suas respostas revelam a profundidade dessa prática onde ressalta:

A agroecologia envolve muito mais do que técnicas de plantio: trata-se de uma forma de viver que prioriza o cuidado, a liberdade, a coletividade e o respeito pela natureza. Ela parte da compreensão de que toda vida — humana, vegetal ou animal — deve ser tratada com sensibilidade e responsabilidade. (Entrevista com Dona Iraci de Lara: 31/10/2025. Irineópolis.)

Ela relata que o trabalho com a terra deve ser realizado com profundo respeito, reconhecendo que o ato de cuidar e de compreender o alimento como cura são responsabilidades historicamente atribuídas às mulheres. Segundo ela, no assentamento produzem alimentos agroecológicos, orientados por práticas que valorizam a vida em todas as suas formas. O respeito à natureza, aos seres vivos, às plantas, às sementes e, sobretudo, à Mãe Terra, é um princípio que não pode ser violado. Para essas mulheres, “não devemos matar a terra”, pois ela é fonte de vida

— e, no entanto, a sociedade contemporânea tem contribuído para sua degradação, ferindo profundamente os ciclos naturais.

Nesse sentido, a agroecologia defende práticas que fortaleçam os ciclos naturais, rejeitando o uso de agrotóxicos e outros métodos que “matam” ou fragilizam a vida. Em vez disso, prioriza técnicas sustentáveis, que mantêm a saúde do solo, das águas e dos alimentos, promovendo uma relação equilibrada entre seres humanos e ambiente.

Dona Iraci, traz uma fala ao modelo de produção de monocultivo, característico do sistema capitalista, associando-o diretamente ao agravamento das condições de saúde.

O próprio sistema acaba sendo responsabilizado por “produzir a doença” na população, criando um ciclo vicioso em que o alimento gerado pelo agronegócio se transforma em fonte de contaminação — “a gente come o que compra no mercado e, junto, consome veneno”. (Entrevista com Dona Iraci de Lara: 31/10/2025. Irineópolis.)

Essa fala ganha ainda mais força quando observamos os impactos concretos na saúde das comunidades, que vêm enfrentando um aumento expressivo de diferentes doenças, muitas vezes associadas a processos contínuos de “intoxicação”. Evidenciando um cenário de adoecimento coletivo vinculado ao uso intensivo de agrotóxicos e à contaminação ambiental. Nessa realidade, o corpo — em especial o corpo feminino, tradicionalmente encarregado do preparo dos alimentos, do cuidado com a família e da preservação dos saberes nutricionais — torna-se um verdadeiro campo de resistência frente ao avanço do “químico”. É sobre esse corpo que recaem as consequências mais imediatas da exposição cotidiana, mas também é nele que se manifesta a força de práticas de cuidado, enfrentamento e luta por modos de vida mais saudáveis e sustentáveis.

A agroecologia, nesse sentido, também é compreendida como um verdadeiro projeto de vida, que busca recolocar o ser humano em harmonia com a natureza, garantindo a continuidade da existência e a saúde das comunidades. A solução para os problemas ambientais e sociais passa, segundo seu relato, por reverter a lógica do lucro acima de tudo, reforçando que o essencial não é a produtividade desenfreada, mas sim o alimento enquanto expressão de humanidade e cuidado.

Sempre trabalhei produzindo alimentos saudáveis. Hoje, vejo que a terra passou a ser tratada como capital: não cuidam mais da terra-mãe, só querem explorar, colocar veneno e produzir alimento envenenado. Mas nós precisamos cuidar do solo, porque é dele que vêm os alimentos realmente saudáveis (Entrevista com Dona Clarice, 02/11/2025. Canoinhas).

O avanço da Agroecologia no Brasil não pode ser compreendido sem a centralidade do papel das mulheres do campo, das florestas e das águas. Este movimento não é meramente uma alternativa técnica ao modelo hegemônico do agronegócio, mas uma profunda redefinição das relações sociais, de produção e, sobretudo, de gênero. A Agroecologia <sup>8</sup>se estabelece como uma matriz de conhecimento emancipatório, capaz de desvelar a invisibilidade histórica do trabalho feminino e posicioná-lo no cerne da sustentabilidade e da soberania alimentar.

Historicamente, o sistema patriarcal, reforçado pelo modelo capitalista de produção agrícola – a chamada Revolução Verde –, relegou o trabalho das mulheres a um lugar secundário, considerando-o apenas uma "ajuda" ao homem proprietário da terra. No entanto, é no quintal produtivo, espaço tradicionalmente sob o domínio feminino, que se encontram os alicerces da agrobiodiversidade.

Segundo Cardoso et al:

Nos quintais das mulheres, muitas sementes foram testadas, muitas espécies domesticadas e diversos tipos de manejo foram experimentados antes de serem produzidos em maior escala nas propriedades. E muitas experiências são trocadas entre as mulheres nas comunidades, nos movimentos, nos grupos de mulheres, intercâmbios e eventos de formação tornando essa construção compartilhada. O saber popular das mulheres tem contribuído muito para a ampliação das experiências agroecológicas no Brasil e por isso tem que ser valorizado tanto quanto o saber dos homens. (Cardoso et al. (s/d, p. 14)

Este saber acumulado, que abrange desde a conservação das sementes crioulas até o conhecimento de plantas medicinais e técnicas de baixo impacto,

---

<sup>8</sup> Segundo a autora Magalhães, 2017, p. 46/47. Afirma que: Ora, mas a agroecologia é incompatível com o capitalismo, já que não permite a produção de uma mesma mercadoria nas formas da monocultura capitalista, uma vez que isso agride e destrói o solo, que passa a ser dependente de adubos e fertilizantes químicos, um caminho sem volta. Além disso, deve ser levado em consideração a péssima qualidade daquilo que é ofertado na agricultura capitalista (e que contradiz com a produção agroecológica), ao passo que ela visa a produção de commodities para 47 exportação, e não de alimentos. Nesse sentido, é correto afirmar que a produção agroecológica não pode predominar no capitalismo, já que prioriza o respeito à natureza, a biodiversidade e a saúde humana.

configura uma verdadeira ciência camponesa que é essencial à sustentabilidade dos agroecossistemas.

A emergência do Feminismo Camponês e Popular articula-se organicamente com a Agroecologia, fornecendo o arcabouço político necessário para desafiar a opressão de gênero e classe. Essa articulação não busca apenas melhores condições de trabalho, mas a transformação radical das relações de poder. A Agroecologia, portanto, representa um caminho robusto para a autonomia feminina, proporcionando-lhe o controle sobre o processo produtivo, a geração de renda a partir da comercialização direta em feiras e, crucialmente, o reconhecimento do seu papel como protagonista na luta por uma sociedade mais justa.

Para o campo da Educação, a potência desse protagonismo feminino exige a adoção de uma metodologia que dialogue com a realidade e a experiência. O Tema Gerador, alinhado à pedagogia freireana, é a ferramenta ideal para estabelecer essa ponte. A partir de um problema ou contradição concreta, como a perda de sementes tradicionais ou os impactos dos agrotóxicos na saúde da família, a escola pode estruturar um currículo que integra o saber acadêmico e o saber popular.

Souza discute que:

A agroecologia não pode ter uma simples definição de ciência ou modo de produção orgânico. É como viver se preocupando com a natureza, com as relações humanas, transformando palavras em ações. Entender a terra como um bem, como mãe e nesse processo se reconhecer como mulher, camponesa, negra etc. Construir uma auto-organização, o trabalho coletivo, é aprendido na prática, o saber popular que carregam sobre cultivos, onde, como, o que, é de que forma plantar é o mesmo saber científico que o livro traz (Souza, 2019, p.44).

Nesse processo, o saber das mulheres camponesas não é apenas um tema a ser estudado, mas a fonte de conhecimento que nutre o processo educativo. Um Tema Gerador como "A Semente Crioula e o Cuidado com a Vida: Saúde da Terra e da Mulher Camponesa" permite que as próprias camponesas, conhecedoras profundas dos ciclos da natureza e do manejo da biodiversidade, sejam as educadoras no espaço escolar. O Diálogo de Saberes se manifesta quando, por exemplo, as aulas de Biologia utilizam as plantas medicinais cultivadas e curadas pelas mulheres como objeto de estudo, relacionando a nomenclatura científica com o uso popular e tradicional.

Em suma, a Agroecologia, impulsionada pelas mulheres, oferece à Educação do Campo uma matriz pedagógica completa:

- **Reafirmação do Trabalho como Princípio Educativo:** O trabalho agroecológico feminino, antes invisível, torna-se o centro do currículo.
- **Contextualização e Totalidade:** A escola se conecta diretamente à vida comunitária, estudando o agroecossistema em sua complexidade social, ambiental e econômica.
- **Emancipação Política:** O processo educativo estimula o questionamento das desigualdades de gênero e promove a autonomia dos sujeitos.

Ao reconhecer e integrar a ciência, prática e movimento da Agroecologia com o protagonismo das mulheres, a Educação do Campo consolida-se como um projeto político-pedagógico que visa à transformação social e à construção de uma sociedade camponesa justa e sustentável. Em conversa com Dona Iraci ela afirma que:

Eu fui ficando mais velha e me casei e eu tinha duas filhas, uma com 05 anos e a outra com 08 anos e meu marido me bateu, peguei minhas filhas e fui embora. Em 1984 passou alguém e perguntou se eu queria conquistar uma terra, mas eu não quis participar por medo de perder minhas filhas. Em 1987 ocorreu ocupação no Município Campo Grande possuía 200 famílias e fomos despejados pela polícia. E nós viemos para o pavilhão da igreja Quilombo/Sc, onde eu me formei Ministra, e tinha 120 famílias ali, mas novamente fomos despejados. E hoje eu estou aqui em Irineópolis. Fiquei 10 anos e depois disso fui ter Terra através do Movimento. Eu sempre lutei pelo meu trabalho e criar minhas filhas, mas não era vista, eu vivia no invisível das coisas eu tinha vergonha. Através do movimento sou reconhecida, me deu voz. (Entrevista com Dona Iraci de Lara: 31/10/2025. Irineópolis.)

A trajetória apresentada na entrevista com Dona Iraci, evidencia como o conhecimento tradicional das mulheres camponesas muitas vezes herdado pelas linhas maternas sustenta a Agroecologia como prática, ciência e movimento. A memória da mãe agricultora e benzedeira, guardiã de saberes sobre plantas medicinais, demonstra que é no cotidiano, nos quintais produtivos e na transmissão afetiva entre gerações que se formam verdadeiras educadoras da terra. Esse saber, que nasce da observação dos ciclos da natureza e do cuidado com a vida, torna-se

ainda mais potente quando articulado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ao qual a entrevistada passou a integrar como agricultora.

Há mais de 15 anos, nós, do Movimento de Mulheres Agricultoras do MST, fomos para Brasília lutar pelo direito das mulheres ao salário-maternidade. Depois, viajamos para o Rio Grande do Sul para participar do Encontro Nacional das Mulheres, onde discutimos a pauta da Reforma Agrária como um todo. (Entrevista com Dona Iraci de Lara: 31/10/2025. Irineópolis.)

Sua participação em lutas históricas como a pauta do salário-maternidade e do reconhecimento trabalhista das agricultoras revela como o protagonismo feminino é central na construção de modelos agrícolas que colocam a dignidade, a justiça de gênero e a sustentabilidade no centro do debate.

Da mesma forma, a narrativa da entrevistada, marcada por deslocamentos forçados, violência doméstica, resistências e ocupações, revela o quanto o caminho agroecológico se entrelaça com processos de emancipação e fortalecimento subjetivo das mulheres do campo. Ao contar que viveu “no invisível”, sem reconhecimento por seu trabalho, até encontrar no Movimento a possibilidade de ter voz, sua história corporifica exatamente o que a Agroecologia propõe: a superação das hierarquias patriarcais, a reconstrução coletiva da autonomia e a reafirmação do trabalho feminino como princípio educativo e político. Sua formação como ministra no Quilombo/SC, sua persistência durante anos de acampamento e sua conquista da terra por meio da luta organizada mostram como o saber das mulheres camponesas, tal como defendido na Educação do Campo, não apenas sustenta os agroecossistemas, mas também alimenta processos de cura, pertencimento e transformação social.

A agroecologia precisa ser política. Porque não se trata apenas de produzir alimentos saudáveis e sem veneno — é muito mais do que isso. A agroecologia envolve tudo o que está ao nosso redor e exige que questionemos a estrutura latifundiária e a herança de uma cultura escravista, na qual tantas pessoas, especialmente mulheres, trabalham de sol a sol sem reconhecimento, aprisionadas, silenciadas e sofrendo violência doméstica. Eu mesma vivi isso: sofri, não tinha voz, sentia vergonha e não queria mais aquela vida, até que um dia precisei fugir de casa para não continuar sofrendo. Por isso, a agroecologia deve enfrentar essas realidades. Nesse sentido político, ela é essencial para pautar a transformação das estruturas do nosso país. (Entrevista com Dona Iraci de Lara: 31/10/2025. Irineópolis.)

As entrevistas realizadas dialogam profundamente com o que Altieri (2004) e os Anais do Encontro Nacional Unitário (2012) defendem ao caracterizar a agroecologia como uma proposta que supera a dimensão técnica e incorpora

fundamentos éticos, políticos e sociais. Quando Dona Iraci denuncia que “a gente come o que compra no mercado e, junto, consome veneno”, evidencia-se o efeito do modelo agroquímico hegemônico na saúde das populações exatamente o que BRASIL (2016) aponta ao justificar a necessidade de políticas públicas voltadas para plantas medicinais e fitoterápicos como alternativas de cuidado.

Ao afirmar que a agroecologia é “uma forma de viver que prioriza o cuidado, a liberdade e o respeito pela natureza”, Dona Iraci sintetiza o que Baptista (2015) denomina diálogo intercultural: a articulação entre saberes científicos e saberes tradicionais. Já a fala de Dona Clarice “o aprendizado vinha da prática, do convívio diário e do respeito pelos ciclos naturais” confirma o papel histórico das mulheres como guardiãs do conhecimento sobre plantas medicinais, prática amplamente registrada por Ferro et al. (2008), Franceschini Filho (2004) e pela Política Nacional de Plantas Mediciniais (BRASIL, 2016). Esses saberes, enraizados no quintal produtivo, constituem o que os Cadernos de Agroecologia (CARDOSO et al., 2021) e o CTA-ZM (2021) reconhecem como ciência popular feminina, imprescindível à conservação da agrobiodiversidade e à soberania alimentar.

Na dimensão política, a narrativa da entrevistada que relata violência doméstica, despejos, formação como ministra no Quilombo/SC e, posteriormente, a conquista da terra, é exemplar do processo de emancipação descrito pelo Feminismo Camponês Popular (CONTE; MARTINS; DARON, 2009). Quando ela afirma que “vivía no invisível das coisas” e que “através do movimento sou reconhecida, me deu voz”, materializa a superação da desvalorização histórica do trabalho feminino analisada por Beauvoir (1980) e aprofundada por BRUMER (2007). É também a concretização do que Freire (1987; 2018) define como ruptura com a cultura do silêncio, algo que o MST e a Educação do Campo como discutem Caldart (2004) e Kolling, Cerioli e Caldart (2002) constroem por meio do diálogo, da práxis e da organização coletiva. Ao participar do Encontro Nacional das Mulheres em 1995 e das ocupações nos anos seguintes, a entrevistada encarna o percurso descrito por Collet e Gasparetto (2021), segundo o qual mulheres que “não tinham nome, voz e nem vez” tornam-se sujeitos políticos, produtoras de conhecimento e protagonistas na luta pela terra e pela vida. Assim, as falas das entrevistadas confirmam a tese de que o trabalho das mulheres, seu saber medicinal e sua resistência cotidiana constituem não apenas práticas culturais, mas fundamentos epistemológicos e políticos da agroecologia no Brasil.

### 6.3 AS PLANTAS MEDICINAIS E OS SABERES ANCESTRAIS

As plantas medicinais e seu emprego terapêutico estiveram vinculados ao homem durante todo processo de evolução da humanidade, atravessando as linhas do tempo lado a lado e estando presentes em todas as classes sociais (TEIXEIRA et al., 2014).

A evolução do homem através do tempo sempre esteve acompanhada do conhecimento das plantas. Desde que começaram a aparecer as doenças, os homens trataram de combatê-las da forma que sabiam, sendo a natureza o primeiro remédio e a primeira farmácia a que o homem recorreu, além de utilizar as plantas também como alimento. Imagina-se que foi através da observação dos animais, que buscavam nas ervas cura para suas afecções, que o homem passou a utilizar as plantas medicinais. Todo esse conhecimento de início foi transmitido verbalmente por gerações, para depois, com o aparecimento da escrita, em caracteres cuneiformes, passar a ser registrado e guardado como um tesouro (FERRO, 2008; FRANCESCHINI FILHO, 2004).

Plantas medicinais são todas as plantas silvestres ou cultivadas, que contém substâncias que possam ser utilizadas com propósitos terapêuticos (BRASIL, 2016). Ao longo do processo de evolução da humanidade era costume das famílias destinarem espaços de suas casas ao cultivo das plantas medicinais, além de realizar a prática de escambo entre as pessoas (FERRO, 2008; KORCZOVEI; ROMAGNOLO, 2013). Durante séculos, o uso de plantas medicinais foi o único recurso disponível para tratar a saúde das pessoas.

Na Terra, a destruição devastadora causada pelo homem é tão grande, chegando a pontos tão críticos, dopados por essas realidades nefastas de consumo e entretenimento, que nos desconectamos do organismo vivo do planeta (Krenak, 2020, p. 9). Em muitos casos, a ambição do agronegócio é imensa, não havendo interesse em preservar ou manter nada que não seja lucrativo de forma rápida e com bom rendimento. As plantas ancestrais também estão desaparecendo do território, com o avanço do agronegócio desenfreado sobre os territórios.

O conhecimento ancestral das mulheres camponesas sobre plantas medicinais representa uma herança cultural preciosa, transmitida com zelo de mãe para filha, de

avó para neta, ao longo de muitas gerações. Essas mulheres veem seu quintal rural como uma verdadeira farmácia natural, onde cultivam e cuidam de plantas com poderes curativos que utilizam na preparação de remédios caseiros. Esse saber empírico, profundamente conectado à relação de convivência com a natureza, demonstra uma compreensão intuitiva e prática dos recursos disponíveis ao redor, revelando uma forma de cuidado que é acessível, sustentável e alinhada com os ciclos da natureza.

Nessa direção as entrevistas dizem sobre essa relação das plantas medicinais desde suas infâncias, tendo sido um conhecimento passados pelas suas mães:

Grande parte do meu conhecimento sobre plantas medicinais veio da convivência com minha mãe. Eu cresci vendo-a preparar chás, pomadas e remédios caseiros, além de benzer quem precisava. Esse contato constante fez com que eu me apaixonasse pelo poder das plantas e pela possibilidade de cuidar das pessoas por meio delas, ainda mais quando minha mãe ficou doente e me ensinaram uma receita em que eu fiz e minha mãe foi curada. (Entrevista com Dona Iraci de Lara: 31/10/2025. Irineópolis.)

Além de preservar tradições, esse conhecimento é crucial para fortalecer a autonomia das comunidades rurais, promovendo uma saúde mais próxima do natural e uma economia baseada na valorização dos saberes locais. Reconhecer essa prática é reconhecer a importância das mulheres como guardiãs de uma sabedoria que enriquece a diversidade cultural e bioquímica do nosso meio, ao mesmo tempo em que desafia a invisibilidade imposta por uma sociedade patriarcal, que muitas vezes desvaloriza o trabalho e o saber feminino no contexto rural.

É crucial entender que esse conhecimento, transmitido por tanto tempo, confere poder e liberdade a essas mulheres. Ao utilizarem a natureza e a sabedoria familiar para o cuidado de quem amam, elas conquistam autonomia, reduzindo a dependência de remédios industrializados ou do sistema capitalista. Por fim, a manutenção desse saber ancestral é apresentada como um ato fundamental de resistência. É uma forma clara de dizer "não" ao modelo de agricultura que prioriza o uso de agrotóxicos e valoriza o conhecimento e o cuidado da mulher do campo em contraposição à lógica dominante do mercado. Ressalta em conversa com Dona Iraci:

Minhas filhas aprenderam comigo. Desde pequenas, a Marli ela tem muito de mim, sempre teve paixão pelas plantas. Hoje, ela é assentada no

Assentamento Herança do Contestado, em Mafra/SC. Quando ela vem me visitar, sempre trocamos mudas. Eu ensino o que sei, e agora ela também me ensina. Eu não sei tudo; sigo aprendendo. Mas tudo que aprendi até hoje veio do Movimento e da minha mãe (Entrevista com Dona Iraci de Lara: 31/10/2025. Irineópolis.).

Segundo Martins (2000), no Brasil, o histórico de uso a respeito das plantas medicinais como remédio tem influência das culturas indígenas, africanas e europeias. Como afirma Lorenzi (2002), os povos indígenas que aqui viviam, desde antes das colonizações, já faziam uso das plantas e tinham conhecimento de inúmeras delas que poderiam ser utilizadas como remédios naturais. Tendo esse saber sido passado de geração para geração até os tempos atuais.

A diminuição da crença popular nas plantas medicinais, decorrente da chegada da indústria farmacêutica, é um fenômeno compreensível naquele contexto histórico. As indústrias trouxeram e apresentaram uma proposta extremamente convincente de que poderiam curar todos os males e doenças da humanidade, por meio da manipulação (extração) de princípios ativos e da síntese de moléculas químicas. Em consequência, foi natural que os indivíduos da época substituíssem seus saberes populares e ancestrais sobre o uso das plantas medicinais pelos fármacos produzidos industrialmente.

Semana passada, aqui em casa, aconteceu aqui uma formação do Movimento de Mulheres Agricultoras do MST. Nós produzimos vários preparados com plantas medicinais: chás, xaropes, cosméticos, pomadas, shampoos e sprays. Foi um momento de muita troca de conhecimentos. (Entrevista com Dona Iraci de Lara: 31/10/2025. Irineópolis.)

O cenário atual no campo da saúde passa por uma transformação marcada pela convivência harmoniosa entre saberes distintos. Embora os medicamentos sintéticos continuem sendo amplamente utilizados pela medicina convencional, há uma valorização crescente das práticas populares e do uso de remédios caseiros, que remetem ao conhecimento tradicional passado de geração em geração.

A geração de hoje não acredita mais no poder das plantas medicinais, porque elas demoram um pouco mais para fazer efeito. Preferem tomar remédios de farmácia, que muitas vezes acabam causando ainda mais problemas. Se a gente lê a bula, vê quantos efeitos colaterais prejudiciais eles têm. Já as plantas medicinais não trazem esses danos e não fazem mal nenhum. (Entrevista com Dona Iraci de Lara: 31/10/2025. Irineópolis.)

Essa coexistência entre o saber científico e o saber popular cria um contexto social rico, onde ambos os conhecimentos se complementam no cuidado com a saúde. O saber popular, principalmente das comunidades rurais, não se limita a práticas antigas, mas fortalece a autonomia dos indivíduos, oferecendo alternativas que dialogam com a modernidade médica e promovem um olhar integral para o cuidado. Essa integração aponta para uma sociedade que reconhece a importância do patrimônio cultural ancestral, valorizando a saúde como um direito que pode ser abordado por múltiplas formas de conhecimento, contribuindo para a construção de um modelo mais justo, sustentável e inclusivo no campo da saúde.

A medicina moderna se desenvolveu na maior parte do mundo, porém a Organização Mundial de Saúde (OMS) “reconhece que ainda grande parte da população dos países em desenvolvimento depende da medicina tradicional para sua atenção primária, sendo que 85% da população que utiliza práticas tradicionais faz uso de plantas ou preparações destas” (BRASIL, 2016, p. 16).

Pôde-se relacionar o tópico em questão através das entrevistas propostas, como em uma delas; reflete-se a experiência vivida de uma mulher agricultora que integra o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ressaltando a centralidade do conhecimento tradicional sobre plantas medicinais no contexto rural brasileiro.

A entrevistada relata que aprendeu o saber sobre plantas medicinais com sua mãe, que era benzedeira, destacando como esse conhecimento foi essencial para o cuidado da comunidade e se tornou um legado familiar. Sua trajetória de vida, marcada por dificuldades como a perda da terra e episódios de violência doméstica, ilustra a luta diária pela autonomia e reconhecimento das mulheres no meio rural, que se apoiam no uso das plantas como recurso terapêutico natural e resistência cultural. Essa narrativa corrobora estudos que mostram que as mulheres agricultoras são guardiãs fundamentais dos saberes tradicionais sobre plantas medicinais, transmitidos de geração em geração e ligados à saúde, identidade cultural e sustentabilidade.

A entrevistada evidenciou o papel dos movimentos sociais, como o MST e o Movimento de Mulheres Agricultoras, na valorização e fortalecimento dos direitos das mulheres no campo, incluindo pautas como o salário maternidade e a formalização

trabalhista, que impactam diretamente sua qualidade de vida e possibilidades de continuar cultivando e manejando as plantas medicinais.

De acordo com a pesquisa de Pilletti (2024), a atuação coletiva dessas mulheres contribui para que os saberes tradicionais não sejam perdidos diante das dificuldades de acesso às políticas públicas de saúde, além de garantir que a saúde popular seja reconhecida junto à medicina convencional. Assim, a entrevista dialoga com o contexto mais amplo da importância das plantas medicinais para a autonomia, a sustentabilidade e a construção de uma saúde integral nas comunidades rurais brasileiras, evidenciando também a persistência e a resistência das mulheres como protagonistas nesta história.

#### 6.4 ESCOLA, ENSINO DE CIÊNCIAS E AS MULHERES CAMPONESAS

As mulheres camponesas desempenham um papel central como detentoras e transmissoras do saber tradicional, principalmente no que se refere ao uso de plantas medicinais, práticas agroecológicas e à preservação de sementes crioulas. Esse conhecimento, muitas vezes transmitido oralmente e aplicado no cotidiano dos quintais produtivos, configura um verdadeiro laboratório onde a ciência e a cultura se entrelaçam. No entanto, esse saber essencial, enquanto parte da fala dos grupos subalternos, frequentemente recai na invisibilidade (SILVA, 2022).

As mulheres entrevistadas construíram seus conhecimentos tanto na prática cotidiana quanto na participação no Movimento Sociais. Dona Clarice destaca que sempre teve o desejo de receber uma formação em agroecologia e enfatiza a importância da escola na vida das mulheres, reconhecendo como o acesso ao estudo fortalece a autonomia, amplia horizontes e contribui para a valorização de seus saberes e de seu trabalho no campo. Cita em entrevista com Dona Clarice que:

Eu queria muito estudar. Só estudei quando criança, até a 4ª série. Depois que comecei a trabalhar fora e me casei, não consegui mais. Eu sempre me inscrevia para voltar a estudar, mas ele não deixava. Às vezes eu fugia para ir, mas ele ia atrás de mim, e eu passava muita vergonha. Meu sonho era poder ensinar, ter uma formação em agroecologia, talvez até dar um curso. Mas meu marido nunca permitiu. (Entrevista com Dona Clarice, 02/11/2025. Canoinhas).

É nesse contexto de supressão que se torna emergente uma discussão em torno dos saberes marginalizados. O paradigma científico hegemônico, de matriz eurocêntrica e positivista, opera através do que Boaventura de Sousa Santos (2007) designa como "Pensamento Abissal", traçando linhas divisórias radicais que tornam as práticas e os conhecimentos do "Sul" (metafórico) não existentes ou irrelevantes.

Hoje, como ele não está mais aqui, eu posso participar, fazer o que eu quero e ser reconhecida. E, ao ouvir tantas mulheres, percebo que muitas passam pelo mesmo que eu vivi. Sempre digo para elas: estudem, não deixem ninguém impedir vocês. Dói muito querer estudar e ter alguém te proibindo. (Entrevista com Dona Clarice, 02/11/2025. Canoinhas).

As entrevistadas afirmam que, dentro do movimento, seus saberes são valorizados. É nesse espaço coletivo que se sentem vistas, reconhecidas e respeitadas. No entanto, relatam que fora do movimento esse reconhecimento quase não existe. Suas experiências e conhecimentos, especialmente aqueles relacionados à agroecologia, às plantas medicinais e ao trabalho no quintal, muitas vezes são desconsiderados ou tratados como algo menor. As falas das mulheres evidenciam essa diferença de tratamento, mostrando como o movimento se torna um lugar de fortalecimento, identidade e reafirmação de seus saberes. Ressalta a fala de Dona Iraci:

Foi através do movimento que eu passei a ter voz, porque antes eu não tinha. Eu sentia vergonha, era calada e invisibilizada. Ele falava que eu não sabia nada. O movimento dá voz a nós, mulheres que fomos por tanto tempo reprimidas e silenciadas. Quando a gente consegue sair dessa repressão, a gente conquista liberdade. Passamos a viver de verdade, sendo reconhecidas — algo que antes não acontecia (Entrevista com Dona Iraci de Lara: 31/10/2025. Irineópolis.)

Diante dessa monocultura do saber, a inclusão dos conhecimentos das mulheres camponesas no Ensino de Ciências é um ato de justiça cognitiva e uma estratégia para a Ecologia de Saberes (SANTOS, 2007). Ao invés de anular ou subalternizar esses conhecimentos, a escola tem o papel de promover o diálogo intercultural entre o saber científico escolar e o conhecimento tradicional.

Para tal, torna-se imprescindível a demarcação de saberes (Baptista, 2010). Esta abordagem propõe que o professor não supervalorize o conhecimento científico em detrimento do popular, mas sim que trabalhe na fronteira, delimitando os domínios de validade e aplicação de cada conhecimento (Baptista, 2015). Desse modo, a escola reconhece a legitimidade do saber sobre plantas medicinais e agroecologia das

camponesas, utilizando-o como ponto de partida para a contextualização, facilitando a compreensão dos conceitos científicos e, sobretudo, promovendo o empoderamento das mulheres do campo ao valorizar a sua história e a sua contribuição ativa para a ciência e a cultura.

A valorização desses saberes, contudo, não se limita a um mero acréscimo de conteúdo, mas exige uma profunda transformação do próprio conceito de escola, conforme defendido pela Educação do Campo. Esta luta é política, pois contrapõe-se a um modelo agrário e educacional excludente. Roseli Caldart, uma das principais vozes neste movimento, argumenta que a escola deve ser "no e do campo", e a sua luta por uma educação de qualidade deve estar "articulada com a luta por um novo projeto de desenvolvimento para o país" (KOLLING; CERIOLI; CALDART, 2002). Nessa perspectiva, o conhecimento das mulheres camponesas sobre a agroecologia e as sementes crioulas deixa de ser folclore para se tornar a base de um currículo que não apenas respeita a cultura local, mas que se engaja ativamente na construção de uma sociedade menos desigual e de um modelo de produção sustentável, pautado na soberania alimentar.

A concretização desse currículo transformador exige uma postura didática que rompa com o modelo de educação bancária, onde o professor apenas "deposita" o saber no aluno (FREIRE, 1987). No Ensino de Ciências, a metodologia deve ser ancorada na dialogicidade, em que "ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo" (FREIRE, 1987, p. 79). Assim, ao invés de desqualificar o saber camponês, o professor deve utilizá-lo como um tema gerador, um ponto de partida para a problematização. O diálogo autêntico e a humildade pedagógica permitem ao professor e aos alunos, conjuntamente, investigar o conhecimento empírico das plantas (origem, uso) e contextualizá-lo com os conceitos científicos (princípios ativos, biologia da reprodução), garantindo que o aprendizado seja um ato de conscientização e de transformação da realidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho teve como finalidade investigar os conhecimentos tradicionais de duas mulheres do campo acerca das plantas medicinais na região do Planalto Norte de Santa Catarina, buscando contribuir para a valorização e visibilização desse saber ancestral, bem como para o fortalecimento do protagonismo feminino nos territórios rurais. Ao retomar esse objetivo, é possível reconhecer que a pesquisa não apenas evidenciou a profundidade e a diversidade desses saberes, mas também revelou a centralidade das mulheres na preservação das práticas comunitárias, na manutenção das sementes crioulas e na transmissão de conhecimentos. Assim, as falas apresentadas ao longo do trabalho, permitem compreender como tais saberes dialogam com a Educação do Campo, reafirmando a importância de práticas educativas que reconheçam, respeitem e integrem as experiências e histórias das mulheres camponesas.

Nesse sentido, concluímos e afirmamos que essa invisibilidade histórica do trabalho feminino no campo contribui para a perpetuação da desigualdade de gênero. A ausência de reconhecimento do papel das mulheres camponesas limita diretamente seu acesso a recursos produtivos, oportunidades de formação, políticas públicas e até mesmo ao reconhecimento social como trabalhadoras.

A luta por equidade no campo passa, necessariamente, pelo reconhecimento do trabalho das mulheres camponesas e pela valorização de sua contribuição para a produção de alimentos saudáveis. No entanto, o trabalho realizado na propriedade é frequentemente minimizado, sendo visto como uma mera "ajuda" ao marido, e não como uma contribuição fundamental para a economia familiar.

Segundo Rody e Telles, ainda são frequentes falas que deslegitimam as mulheres camponesas, como:

A produção das mulheres é pequena"; "elas só ajudam o homem da família"; "as mulheres não têm nada que ver com a gestão ambiental"; "elas só cuidam da família e do lar" (como se fosse pouco!); "elas se queixam de muito trabalho porque são preguiçosas"; "esse papo de violência é tudo mi-mi-mi. (Rody; Telles, 2022, p.7).

Nesse cenário, a reflexão de Collet e Gasparetto, traz uma contribuição significativa ao destacar que:

Para quem não tinha nome, voz e nem vez, os percursos e trajetórias de cada mulher camponesa organizada no MMC, em suas particularidades e no

coletivo, mostram a importância desse processo feminista camponês popular. O mesmo possibilita se compreenderem como mulher, como agricultora/camponesa/trabalhadora nos contextos, cria oportunidades para estudarem e, assim, vão descobrindo as causas da exclusão, traçando estratégias de luta para alterarem suas realidades [...] ( Collet; Gasparreto, 2021, p.10).

Essa afirmação evidencia que o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) não apenas cria espaços de luta política, mas também de formação, reflexão e empoderamento, nos quais as mulheres passam a se reconhecer enquanto sujeitas sociais e políticas. Essa transformação coletiva é fundamental para que possam identificar as raízes históricas de sua exclusão, formular estratégias de enfrentamento e assumir o protagonismo em processos de transformação social. Segundo o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), “políticas públicas como os mercados institucionais são importantes para que as camponesas contribuam para a construção da soberania alimentar (...) e sejam protagonistas de soluções para seus próprios problemas”

De acordo com o MMC, iniciativas como os mercados institucionais representam instrumentos estratégicos para que as camponesas não apenas participem da economia, mas também se fortaleçam como protagonistas na construção da soberania alimentar. Tais políticas, ao reconhecerem o trabalho das mulheres, contribuem para ampliar seu espaço de ação, sua autonomia econômica e sua participação nas decisões sobre o futuro da agricultura e da vida no campo.

Portanto, reconhecer, valorizar e fortalecer o trabalho das mulheres camponesas significa não apenas corrigir uma injustiça histórica, mas também construir bases sólidas para uma sociedade mais justa, igualitária e sustentável, onde gênero, território e justiça social caminhem lado a lado.

Os conhecimentos tradicionais das mulheres camponesas, particularmente sobre as plantas medicinais, não se restringem ao âmbito privado da família; eles adquirem relevância sanitária e política que merece reconhecimento institucional. Tais saberes e práticas se alinham, inclusive, às diretrizes governamentais que buscam integrar o uso de plantas medicinais no Sistema Único de Saúde (SUS), como preconiza a Política e Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (BRASIL, 2016).

De acordo com a Política e Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (BRASIL, 2016), há um reconhecimento oficial da importância do conhecimento popular e da biodiversidade brasileira para o desenvolvimento de terapias e a promoção da saúde pública. Essa política valida o trabalho das mulheres camponesas como detentoras de um saber que é estratégico para o país, o que exige que o Estado saia da mera formalidade e garanta mecanismos efetivos de apoio, financiamento e valorização dessas práticas, assegurando, por exemplo, o acesso à pesquisa e o direito ao uso continuado da biodiversidade.

Contudo, essa validação teórica e política contrasta drasticamente com a invisibilidade social e econômica que as camponesas ainda enfrentam. O conhecimento que é reconhecido como patrimônio nacional e base para o fitoterápico é gerado em um contexto de trabalho não remunerado, desvalorizado e frequentemente invisível, sendo o ônus da produção e do cuidado assumido quase integralmente pela mulher. A mera existência de uma política nacional não corrige a injustiça se não houver a garantia de acesso à terra, crédito e mercados que valorizem a produção agroecológica e o saber dessas mulheres, combatendo a dupla jornada de trabalho e o esgotamento.

Assim, a luta por equidade e pelo fim da invisibilidade do trabalho camponês feminino deve utilizar esses marcos regulatórios, como a política de plantas medicinais, para pressionar por políticas públicas mais justas e equitativas. O protagonismo do MMC é fundamental para traduzir o reconhecimento oficial (BRASIL, 2016) em ações concretas que fortaleçam a autonomia econômica das mulheres e assegurem que seu papel como guardiãs da biodiversidade, da saúde e da soberania alimentar seja justamente recompensado.

Este trabalho significou, para mim, um momento importante para lembrar e contar tudo o que vivi ao longo dos anos de curso. Durante esse tempo, passei por muitos aprendizados, enfrentei dificuldades e também vivi muitas conquistas, que contribuíram para o meu crescimento pessoal e acadêmico. A conclusão deste trabalho não representa apenas o fim de uma etapa de estudos, mas também a certeza de que adquiri novos conhecimentos e amadureci, me preparando para os desafios que ainda virão no futuro.

Além disso, o curso me ajudou a ter um novo olhar sobre a vida, sobre o mundo e sobre as pessoas ao meu redor. Também foi um momento de reconhecimento da força e da importância de uma grande mulher que está ao meu lado, cuidando com suas mãos e com seu saber, por meio dos cuidados com as plantas medicinais e das sementes crioulas, transmitindo conhecimento, carinho e resistência.

## REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel A. *Agroecologia: a base científica para uma agricultura sustentável*. 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ANAIS do 28º Encontro Nacional Unitário de trabalhadores e trabalhadoras, povos do campo, das águas e das florestas; 20-22 ago. 2012. Brasília, DF, 2012.

BAPTISTA, Geilsa C. S. Do cientificismo ao diálogo intercultural na formação do professor e ensino de ciências. *Revista Interações*, v. 10, n. 31, p. 28-53, 2015.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica. *Política e Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos*. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_programa\\_nacional\\_plantas\\_medicinais\\_fitoterapicos.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_programa_nacional_plantas_medicinais_fitoterapicos.pdf)>. Acesso em: 4 nov. 2025.

CADERNOS DE AGROECOLOGIA. [Artigos diversos sobre Feminismo e Agroecologia]. Disponível em: <<https://mmcbrazil.org/livros-e-cartilhas/>>.

CALDART, Roseli Salette. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CARDOSO, Elisabeth Maria et al. As mulheres na construção do conhecimento agroecológico. *Cadernos de Agroecologia*, v. 16, n. 1, 2021.

CONTE, Isaura Isabel; MARTINS, Mariane Denise; DARON, Vanderléia Pulga. Movimento de mulheres camponesas: na luta a constituição de uma identidade feminista, popular e camponesa. In: PALUDO, Conceição (Org.). *Mulheres resistência e luta em defesa da vida*. São Leopoldo: CEBI, 2009.

CTA-ZM (Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata). *Caderneta Agroecológica: o saber e o fazer das mulheres do campo, das florestas e das águas*. Viçosa: CTA-ZM, 2021.

FERRO, Degmar et al. História da fitoterapia. In: FERRO, Degmar et al. *Fitoterapia: conceitos clínicos*. São Paulo: Atheneu, 2008. Cap. 1, p. 1-8.

FIGUEIREDO, Eduardo Lourenço; MEIRELLES, Nelson Vieira da Silva. *Saberes e vivências das mulheres camponesas de União dos Palmares no ensino de agroecologia do Ifal - Campus Murici*. Produto Educacional da Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica). Maceió: IFAL, 2021.

FRANCESCHINI FILHO, Salvador. *Plantas terapêuticas*. São Paulo: Organização Andrei, 2004. 334 p.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 65. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

KOLLING, Edgar; CERIOLI, Paulo M.; CALDART, Roseli Salette. *Educação do campo: história, práticas e desafios*. Brasília: CNTE, 2002.

KORCZOVEI, Sílvia Regina Martini; ROMAGNOLO, Marília Barreto. Plantas medicinais: valorização e preservação do conhecimento popular associado ao conhecimento científico. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. *Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE, 2013*. Curitiba: SEED/PR, 2016. v. 1. Disponível em: <[http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2013/20\\_13\\_uem\\_cien\\_artigo\\_silvia\\_raquel\\_martini\\_korczovei.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/20_13_uem_cien_artigo_silvia_raquel_martini_korczovei.pdf)>. Acesso em: 4 nov. 2025.

KRENAK, Ailton. *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LASSOL, Luis Alejandro et al. Agroecologia nas escolas do campo: a experiência da Escola Municipal Eldorado em Sidrolândia, Mato Grosso do Sul. *Cadernos de Agroecologia*, v. 13, n. 1, 2018.

LONDRES, Flávia - As sementes da paixão e as políticas de distribuição de sementes na Paraíba/ Flavia Londres. - Rio de Janeiro : AS-PTA, 2014. s/p. – (Sementes locais : experiências agroecológicas de conservação e uso)

LORENZI, Harri; MATOS, Francisco José de Abreu. *Plantas medicinais no Brasil: nativas e exóticas*. São Paulo: Instituto Plantarum, 2002.

LORENZONI, Carmen; SEIBERT, Iridiani Gracieli; COLLET, Zenaide. *Movimento de Mulheres Camponesas: veredas de muitas histórias*. 2020.

MARTINS, E. R. et al. *Plantas medicinais*. Viçosa: Ed. UFV, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2018.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. *Mulheres do campo: resistência e luta por direitos*. Documento político, 2018.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS/BRASIL. *Feminismo camponês e popular*. Publicação da Associação Nacional de Mulheres Camponesas (ANMC), 2018.

PEREIRA, Guilherme; SANCHEZ, Sandra. Relato de experiência docente: os temas geradores como facilitadores do ensino da agroecologia. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 8, n. 2, 2013.

RIBEIRO, D. As diversas ondas do feminismo acadêmico. Disponível em: .

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 79, p. 71-94, 2007.

SILIPRANDI, Emma. *Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SILVA, Alessandra de Oliveira. *Agroecologia e resistência: o significado das práticas agroecológicas no Assentamento Padre Gino*. UFPB, 2019.

SILVA, Larousse Soares Magalhães. *Mulher, agroecologia e patriarcado: germinando uma sociedade para além do patriarcado*. 2017. 40 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2017.

SILVA, Marcos Henrique de Lira e. *Trajetória e transformações: uma análise da evolução histórica do feminismo*. Revista FT, 2017. Disponível em: <https://revistaft.com.br/trajetoria-e-transformacoes-uma-analise-da-evolucao-historica-do-feminismo/>

SILVA, João A. A. da. *O veneno está na mesa: agrotóxicos e saúde pública*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2012.

SOUZA, Fabiana Cordeiro dos Santos de. *A importância da agroecologia na vida das mulheres camponesas do grupo AMHO*. 2019. 81 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza e Matemática) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Florianópolis, 2019.

TEIXEIRA, A. H. et al. Conhecimento popular sobre o uso de plantas medicinais no município de Sobral-Ceará, Brasil. *Sanare - Revista de Políticas Públicas*, Sobral, v. 13, n. 1, p. 23-28, jun. 2014. Disponível em: <<https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/429>>. Acesso em: 4 nov. 2025.

## APÊNDICES

### APÊNDICE I- Roteiro de Entrevista

#### 1. Identificação e trajetória de vida

- 1.1. Poderia falar um pouco sobre sua infância, local de nascimento e memória familiar?
- 1.2. Como foi seu processo de inserção no trabalho no campo?
- 1.3. Quais foram os principais desafios enfrentados enquanto mulher camponesa ao longo da sua trajetória?
- 1.4. Como a divisão do trabalho na família e na comunidade influenciou sua vida?

#### 2. Trabalho das mulheres no campo

- 2.1. Como você percebe o reconhecimento (ou a falta) do trabalho das mulheres na sua comunidade?
- 2.2. Em que momentos você sentiu que seu trabalho foi invisibilizado ou valorizado?

#### 3. Participação em movimentos sociais e coletivos

- 3.1. Como ocorreu sua entrada em movimentos sociais, ou organizações coletivas de mulheres?
- 3.2. De que forma a participação nesses espaços influenciou sua vida pessoal, política e comunitária?
- 3.3. Quais são as principais contribuições dos movimentos de mulheres para a luta por direitos no campo?
- 3.4. Que mudanças você percebe na vida das mulheres a partir dessas organizações coletivas?

#### 4. Relação com a terra, as plantas e a natureza

- 4.1. Quando e como começou seu contato com as plantas medicinais?
- 4.2. Quais plantas você mais utiliza e para quais finalidades?
- 4.3. Como você percebe a relação entre cuidado com a natureza, práticas

agroecológicas e saúde?

4.4. Que importância as plantas têm para sua identidade, memória e modo de vida?

### **5. Saberes tradicionais e transmissão entre gerações**

5.1. De quem você aprendeu sobre plantas medicinais e práticas de cuidado na comunidade?

5.2. Como esses conhecimentos foram transmitidos?

5.3. Você repassa esses saberes para outras pessoas? Como isso acontece?

5.4. Na sua opinião, quais os riscos de perder esses conhecimentos tradicionais?

5.5. O que poderia ser feito para preservar e valorizar esses saberes no campo?

### **6. Agroecologia, sustentabilidade e modo de vida**

6.1. Qual é o significado da agroecologia na sua experiência cotidiana?

6.2. Como esse modo de produzir e viver dialoga com sua história e sua visão de mundo?

6.3. Quais são as dificuldades enfrentadas pelas mulheres que desejam trabalhar de forma agroecológica?

6.4. O que pode fortalecer as práticas de sustentabilidade e autonomia das mulheres no campo?

## APÊNDICE II- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Prezada; você está sendo convidada a participar da pesquisa intitulada: “**Visibilidade dos Conhecimentos Tradicionais das Mulheres do Campo**”, que será realizada pela pesquisadora Fernanda Clarice de Freitas Trinoski, estudante do curso de Licenciatura em Educação do Campo, tratando-se de uma pesquisa de trabalho de conclusão de curso (TCC). Para que você possa contribuir com a pesquisa necessito do seu consentimento, logo, é preciso que você assine esse Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, também chamado de TCLE, que nada mais é que um documento em que as convidadas a participarem de pesquisas científicas são informados de todas as características, objetivos, procedimentos, riscos, benefícios e garantias às participante, entre outros aspectos relacionados às pesquisas, além de fornecerem aos pesquisadores sua anuência para a realização do estudo.

O objetivo geral da pesquisa é investigar os conhecimentos tradicionais das mulheres do campo acerca das plantas medicinais na região do Planalto Norte de Santa Catarina, buscando contribuir para a visibilização desse saber ancestral e para o empoderamento feminino no campo. Deste se desdobram os seguintes objetivos específicos: Investigar os conhecimentos tradicionais acerca das plantas medicinais das mulheres do Movimento de Mulheres Camponesas região do Planalto Norte, identificar as técnicas de cultivo, coleta e preparo de plantas medicinais utilizadas pelas mulheres do campo, em seus quintais produtivos. Identificar as formas de transmissão desses conhecimentos entre as gerações e os desafios enfrentados nesse processo, evidenciar e valorizar os conhecimentos das mulheres participantes da pesquisa com destaque para a utilização das plantas medicinais, a sua importância na preservação das sementes.

Sua participação se dará da seguinte forma: faremos uma entrevista para conversar sobre sua história de vida a partir das suas relações com o tema. Essas narrativas podem ser contadas oralmente sendo necessário, neste caso, gravar a história contada, ou pode ser produzida através da escrita e da fotografia. Dessa forma, já pedimos a sua autorização, também, para gravarmos a conversa e para utilizar as narrativas que você produzir:

- Autorizo a filmagem de minha atividade.
  
- Não autorizo a filmagem de minha atividade.
  
- Autorizo a gravação em áudio de minha entrevista.
  
- Não autorizo a gravação em áudio de minha entrevista.

Esclarecemos que, as gravações, fotos serão utilizadas exclusivamente para essa pesquisa. Em hipótese alguma serão utilizadas para outras finalidades.

Ressaltamos, porém, que todas as pesquisas com seres humanos envolvem algum tipo de risco. A resolução CNS 510/2016, que estabelece normas para pesquisas, define como risco da pesquisa “a possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural do ser humano, em qualquer etapa da pesquisa e dela decorrente”.

Nesta pesquisa os riscos podem envolver o cansaço ou nervosismo durante a entrevista. Buscando minimizar estes riscos, durante as entrevistas, você poderá realizar intervalos, descansar, tomar água, alimentar-se, ir ao banheiro e/ou remarcar, interromper a conversa

completamente e/ou desistir de participar da pesquisa na hora que desejar. Além disso, a pesquisadora ficará atenta aos sinais verbais e não verbais durante as entrevistas, cuidando para que o entrevistado não seja submetido a grandes tensões. Caso estas ou outras situações venham a ocorrer, a pesquisadora se compromete a encerrar a sessão, voltando a entrar em contato para reagendar outro encontro.

Faremos uso do termo de consentimento, prezando para que o processo seja realizado de modo autônomo, consciente, livre de intimidação e esclarecido. A pesquisa será desenvolvida de maneira ética, evitando qualquer interpretação que possa acarretar em prejuízos ao entrevistado ou à comunidade, respeitando os valores sociais, morais, religiosos e culturais envolvidos, de acordo com as normas da Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012 e da Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016.

A legislação brasileira não permite que um participante de pesquisa tenha qualquer compensação financeira pela sua participação. Ressaltamos que você não terá nenhuma despesa advinda de sua participação na nossa pesquisa. Caso surja alguma despesa extraordinária associada à pesquisa, nós garantimos o ressarcimento nos termos da lei.

Lembramos ainda que, a qualquer momento, você pode desistir da participação nessa pesquisa e retirar o seu consentimento sem qualquer prejuízo ou penalização. Duas vias deste documento estão sendo rubricadas e assinadas por você e pelo pesquisador responsável. Guarde cuidadosamente a sua via, pois é um documento que traz importantes informações de contato e garante os seus direitos como participante da pesquisa. O pesquisador responsável, que também assina esse documento, compromete-se a conduzir a pesquisa de acordo com as normas da Resolução 466/12 de 12/06/2012, que trata dos preceitos éticos e da proteção aos participantes da pesquisa.

Você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável, **Fernanda Clarice de Freitas Trinoski** da seguinte forma:

- 1- Pelo telefone (47) 93382-9353
- 2- Pelo e-mail: [Fernandatrinoski1234@gmail.com](mailto:Fernandatrinoski1234@gmail.com)

---

Fernanda Clarice de Freitas Trinoski

Pesquisadora Responsável Li este documento (ou tive este documento lido para mim por uma pessoa de confiança) e concordo em participar da pesquisa.